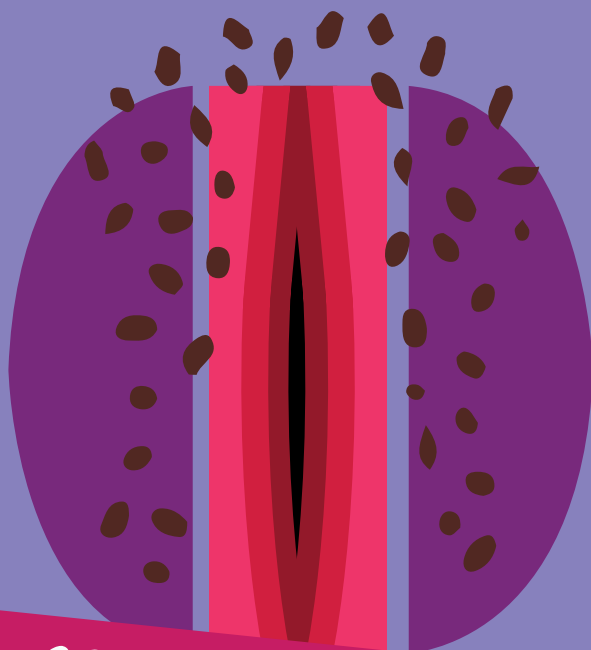
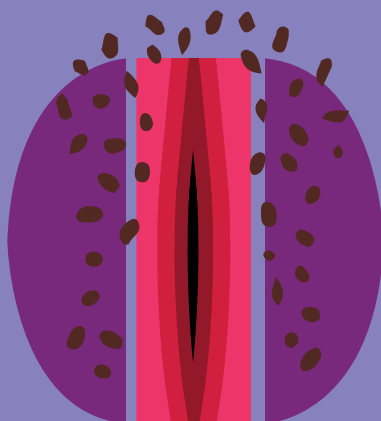


FAST FOOD DA POLÍTICA

O manual dos jogos



Molho especial



SUMÁRIO

1 FAST FOOD DA POLÍTICA?	4
2 MOLHO ESPECIAL	6
3 NOSSOS JOGOS	8
4 INSTRUÇÕES	10
5 TERMOS DE USO	12
6 POR ONDE O MOLHO ESPECIAL JÁ PASSOU	14
7 JOGAR POLÍTICA	40
8 CONTATO	42

1

SOBRE A ORGANIZAÇÃO

A Fast Food da Política, é uma organização criada e administrada por mulheres. Uma equipe de designers, cientistas sociais, advogadas, hackers, que tem como missão difundir a utilização de processos pedagógicos dinâmicos e lúdicos - como os jogos de mesa - como instrumentos para o aprendizado rápido e eficaz sobre o funcionamento do sistema político brasileiro e seus mecanismos. Hoje, com quase dois anos de atuação, a organização compreende a necessidade de construir núcleos específicos que abordem questões sociais como a relação entre Mulheres e Política para dar continuidade a essa missão, de maneira mais ampla e condizente com a maneira como a sociedade está estruturada.

A FAST FOOD DA POLÍTICA PROPÕE UMA ABERTURA DE CÓDIGO DO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO

2

SOBRE O MOLHO ESPECIAL

O Molho Especial é o projeto da Fast Food da Política que desenvolve jogos e oficinas com a temática de Gênero e Política. Entendemos os jogos como uma ferramenta poderosa para disseminação de informações, reflexões e propostas de mudança sobre as relações entre Política e Gênero. Entendemos que acessar as informações sobre o funcionamento da sociedade em termos culturais, estruturais e institucionais é parte fundamental do desenvolvimento de autonomia que possibilita às mulheres intervir sobre sua realidade social e política.

NÃO DÁ PRA FALAR DE POLÍTICA SEM FALAR DE MULHERES

3

OS JOGOS

Para lançar esses jogos abrimos um financiamento coletivo em dezembro de 2016, tendo mais de 300 apoiadores. A contrapartida era disponibilizar online e gratuitamente os jogos, o manual e as facas gráficas. Neste manual você vai encontrar as regras dos jogos: Direitos e Silêncios, Queda do Patriarcado, Jogo das Vozes, Mulheres no Poder e Feminismo Indefinido. Cada um deles aborda um eixo temático importantíssimo quando estamos falando de mulheres e política, sendo eles: sistema eleitoral e representatividade; política institucional e as mulheres no poder; legislação da mulher brasileira; o gênero e o sistema social em que vivemos; feminismo e suas vertentes.



QUEM PODE JOGAR?

Alguns jogos possuem restrição de idade, por conterem informações e termos complexos e muitas vezes delicados. Recomendamos que eles sejam utilizados sempre de forma responsável, tendo em mente que são destinados ao público maior de 16 anos.

Com especial cuidado, salientamentos que os jogos Queda do Patriarcado e Direitos e Silêncios sejam aplicados por pessoas que tem alguma familiaridade com o tema gênero, e estarão aptas a trazer uma facilitação de grupo prazerosa e cuidadosa.



5.1

DIREITOS E SILÊNCIOS



RESUMO

Coloque na ordem correta as datas de reconhecimento pela Lei dos direitos das mulheres. Será que todos esses direitos já foram reconhecidos?

OBJETIVO DO JOGO

Entre Direitos Sociais, Direitos Políticos e Direitos Cívicos, compreenda **quando** os **acontecimentos** e as **conquistas** referentes aos **direitos das mulheres** se apresentaram ao longo da História no Brasil, descobrindo também quais ainda não aconteceram. Coloque na ordem cronológica os avanços e retrocessos das diversas legislações que têm determinado a vida das mulheres.

DIREITOS E SILÊNCIOS



INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 dispõe em seu artigo 5º sobre o **princípio constitucional da igualdade** que, dentre outros aspectos, institui a igualdade entre os sexos perante a lei. Entretanto, as mulheres nem sempre tiveram - **e ainda não têm** - os mesmos direitos que os homens e, historicamente, precisaram batalhar muito para usufruir de conquistas que, hoje, parecem corriqueiras. Por isso, vamos te desafiar a colocar os direitos das mulheres brasileiras em **ordem cronológica**! Você sabe dizer quando cada evento aconteceu? E será que há algum que ainda não existe no nosso país? Mas cuidado para não virar as cartas! As datas em que cada evento ocorreu estão no verso. Teste seus conhecimentos e surpreenda-se no final!

Componentes: Baralho de direitos (28 cartas)

Nº jogadores: 2 a 4 jogadores

Tempo de jogo: 15 minutos

PREPARAÇÃO

Hora de embaralhar e distribuir os direitos, o jogo começa com quatro cartas de direitos para cada jogador ou jogadora. O restante das cartas permanece na pilha de compras, com as datas viradas para baixo. A primeira carta da pilha de compras é virada para cima ficando no centro com a data exposta. Esta será a carta base, de onde a linha do tempo começará.



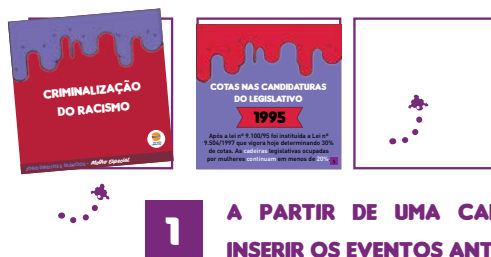
Atenção:

1. Existem alguns direitos que ainda não foram conquistados, caso a carta base seja um desses, ela volta para o monte e tira-se outra.
2. Somente foram considerados direitos adquiridos (que possuem datas em seus versos) aqueles que possuem abrangência nacional ou que influenciaram o seu alcance para todo o país, ou seja, os direitos a que todas as mulheres no Brasil possuem acesso. Entretanto, podem existir legislações municipais para alguns eventos, encontradas ao final do manual, com a explicação de cada carta.



COMO JOGAR

1. A/o participante mais nova/o é quem começa.
2. A vez segue em sentido horário.
3. Em sua vez, cada jogador deverá olhar suas cartas (sem saber a data) e através da descrição da carta, que pode ser uma legislação que existe ou que ainda não foi conquistada, deduzir se a sua carta escolhida é de uma data anterior à da carta base, ou de uma data posterior. **Se o jogador achar que é de uma data anterior**, ele deve dizer em voz alta antes de virar sua carta, se a data estiver correta, **coloca-se a carta à esquerda da carta base**. Se o jogador acha que a carta escolhida por ele é de uma **data posterior** à dos eventos, ele deverá colocar **a carta do lado direito da carta base**.
4. **Se o seu chute for errado**, coloca-se a carta escolhida no meio do monte e o jogador deverá comprar uma nova carta. Se o jogador acertar seu palpite, ele não precisa comprar outra carta, o que significa que este jogador deu o **primeiro passo em direção à vitória**.
5. O próximo jogador terá um desafio maior, pois agora há 2 cartas em jogo (ou seja 2 datas) e agora ele deverá alocar sua carta no “meio” ou ao lado de qualquer uma delas, de forma correta.
6. Os jogadores continuam jogando desse modo, cada um em sua vez.
7. Caso uma carta tenha mesma data de uma carta que já está na Linha do Tempo, não faz diferença colocá-la à direita ou esquerda da carta de mesma data.



1

A PARTIR DE UMA CARTA BASE, DEVE-SE INSERIR OS EVENTOS ANTES OU DEPOIS DELA.



2

ASSIM QUE UM NOVO EVENTO É ADICIONADO, OS PRÓXIMOS DEVERÃO ESTAR ENTRE ELES, NA ORDEM CERTA PARA NÃO PRECISAR COMPRAR OUTRA CARTA.

FIM DO JOGO

Ganha-se o jogo quando algum jogador não tiver mais cartas na mão, tendo conseguido adicionar todas as suas cartas à linha do tempo, dando fim à partida.

GLOSSÁRIO

- **Legislatura:** "Período de quatro anos, cuja duração coincide com a dos mandatos dos deputados. Começa no dia 1º de fevereiro, data em que tomam posse os senadores e deputados eleitos. A posse ocorre em uma primeira reunião preparatória, realizando-se depois a segunda reunião para eleição do presidente da Casa, e a terceira, destinada à escolha dos demais integrantes da Mesa, para mandato de dois anos. No fim da legislatura são arquivadas todas as proposições em tramitação na Casa, salvo as originárias da Câmara dos Deputados ou as que tenham passado por sua revisão, bem como as que receberam parecer favorável das comissões. Também são arquivadas matérias que tramitam há duas legislaturas. As proposições arquivadas nessas condições não podem ser desarquivadas". Fonte: Glossário Legislativo do site do Senado Federal <http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/legislatura>

GLOSSÁRIO

- **Legislação:** conjunto de leis que se origina a partir do processo legislativo de um país, construindo-se a partir de "[...] uma sucessão de atos, fatos e decisões políticas, econômicas e sociais, um conjunto de leis com valor jurídico, nos planos nacional e internacional, para assegurar estabilidade governamental e segurança jurídica às relações sociais entre cidadãos, instituições e empresas". **Fonte: Site da Câmara dos Deputados** <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/normativas/oqueelegislacao.html>
- **Orientação Sexual:** Um dos aspectos da sexualidade humana, do qual diz respeito à "[...] atração que se sente por outros indivíduos. Ela geralmente também envolve questões sentimentais, e não somente sexuais. Assim, se a pessoa gosta de indivíduos do sexo oposto, falamos que ela é heterossexual (ou heteroafetiva). Se a atração é por aqueles do mesmo sexo, sua orientação é homossexual (ou homoafetiva). Há também aqueles que se interessam por ambos: os bissexuais (ou biafetivos). Pessoas do gênero masculino com orientação homossexual geralmente são chamados de gays; e as do gênero feminino, lésbicas". **Fonte: Brasil Escola** <http://brasilecola.uol.com.br/sexualidade/orientacao-sexual.htm>
- **Gênero:** [1] Obra cultural que determina modelos de comportamento mutuamente excludentes (...) que se impõem ditatorialmente às pessoas em função do seu sexo. **Fonte: María Jesús Izquierdo, socióloga** http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm [2] Uma categoria relacional do feminino e do masculino. Considera as diferenças biológicas, reconhece a desigualdade, mas não admite como justificativa para a violência, para a exclusão e para a desigualdade de oportunidades no trabalho, na educação e na política. **Fonte: Ministério Público Federal** <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/pfdc/informacao-e-comunicacao/eventos/mulher/>

BIBLIOGRAFIA [índice]

1. Aborto
2. Casamento com a pessoa escolhida
3. Casamento sem exigência de virgindade
4. Cotas no Poder Judiciário
5. Cotas para candidaturas do Legislativo
6. Criminalização da discriminação por gênero
7. Criminalização da homofobia
8. Criminalização do racismo
9. Delegacia da Mulher
10. Depósitos bancários no próprio nome
11. Direito a creche
12. Direito a decidir não ter filhos de forma autônoma
13. Direito ao divórcio
14. Direito ao voto
15. Direito da mulher casada a decidir trabalhar
16. Fim da garantia por lei da restauração da "honra da mulher", caso ela se casasse com seu estuprador
17. Fim da obrigatoriedade da adoção do nome do marido
18. Garantia da flexão de gênero na nomeação de profissões ou grau em diplomas
19. Integração do trabalho doméstico remunerado à Previdência Social
20. Jornada de trabalho variável conforme condições do ciclo menstrual
21. Lei específica para combater a violência doméstica
22. Licença Maternidade
23. Pensão Alimentícia
24. Programa Social que fornece auxílio financeiro concentrado sob a responsabilidade da mulher
25. Proibição da desigualdade salarial
26. Proibição do parto com algemas
27. Proibição legislativa do casamento infantil
28. Regulamentação da Licença Maternidade para militares

1. **Aborto - Determinação por lei do direito à interrupção da gravidez resultante de estupro ou que ofereça alto risco de morte à gestante.** Os artigos 124 a 128 do Decreto Lei 2848/40 (Código Penal) versam sobre todas as questões relativas ao aborto e estão descritos a seguir os casos em que não há punibilidade: “Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico: (Vide ADPF 54) Aborto necessário I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante; Aborto no caso de gravidez resultante de estupro II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.” Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm
2. **Casamento com a pessoa escolhida** - Em 2011, o Supremo Tribunal Federal equiparou a união homossexual à heterossexual e, em 2013, o Conselho Nacional de Justiça decidiu que os cartórios brasileiros seriam obrigados a casar pessoas do mesmo sexo.

Esta carta chama atenção para nossa mentalidade muitas vezes heteronormativa (um casal/casamento é necessariamente composto por um homem e uma mulher), que associa o direito de escolha da mulher apenas ao fato de não ser submetida a casamentos “arranjados”. Muitas vezes a escolha da mulher pode ser casar com outra mulher, infelizmente essa escolha só foi garantida recentemente.

ADI 4277/2011 do STF: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=11872> **Resolução n. 175/2013 do CNJ:** http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resolucao_175_14052013_16052013105518.pdf **Casamento gay cresce mais do que uniões héteros no Brasil:** <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/casamento-gay-cresce-mais-do-que-unioes-heteros-no-brasil>

3. **Casamento sem exigência de virgindade** - Segundo o Código Civil de 1916, capítulo IV (Dos Prazos da Prescrição), artigo 178, “Em dez dias, contados

do casamento, a ação do marido para anular o matrimônio contraído com mulher já deflorada” era uma das situações em que poderia ocorrer a prescrição do casamento. Houve dois decretos após 1916 que alteravam este parágrafo, ambos emitidos por Getúlio Vargas: o primeiro, em 1935, estipulava que a data para prescrição fosse contada a partir do conhecimento do marido enganado - termo utilizado na grafia do próprio Decreto - e o segundo, em 1942, que revogava o anterior e estabelecia que a lei voltasse à grafia original. Em 2002, o Código Civil mudou a visão masculinizada da virgindade da mulher e acabou com o direito do homem de mover ação para anular o casamento se descobrisse que a mulher já havia sido “deflorada”. Do mesmo modo, acabou com o artigo que permitia aos pais utilizar a possível “desonestidade da filha” como motivo para deserdá-la da herança. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Código Civil): http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm Decreto n. 13, de 29 de janeiro de 1935: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-13-29-janeiro-1935-557080-publicacaooriginal-77377-pl.html> Decreto-Lei n. 5.059, de 8 de dezembro de 1942: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del5059.htm#art1 Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm A mulher, o casamento e a sociedade brasileira dos séculos XX e XXI: Breve Comparativo Histórico <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33771-44077-1-PB.pdf>

4. **Cotas no Poder Judiciário** - A PEC 43/2016, ainda em tramitação, propõe a alteração do art. 94 para estabelecer a exigência de diversidade de gênero na composição das listas sêxtuplas e tríplexes formadas para indicação de membros do Ministério Público e da advocacia para compor os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios. PEC garante presença feminina em listas de indicados para tribunais <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/01/04/pec-garante-presenca-feminina-em-listas-de-indicados-para-tribunais> PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº 43, de 2016 <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126710>
5. **Cotas para candidaturas do Legislativo** - A Lei nº 9.100/1995 determinou que pelo menos 20% das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser

preenchidas por candidatas mulheres. A Lei nº 9.504/1997 (**Lei das Eleições**) determinou que no pleito geral de 1998 o percentual mínimo de cada sexo fosse de 25% e, para as eleições posteriores, a Lei (que vigora até hoje) fixou em 30%, no mínimo, a candidatura de cada sexo. **Após quase 20 anos de vigência, esta cota mudou muito pouco o cenário geral da composição das casas legislativas quanto à relação de gênero, nas eleições de 2016**, por exemplo, apenas 13% dos vereadores eleitos foram mulheres. Além disso, as mulheres ainda são utilizadas pelo dirigentes dos partidos como “candidatas laranjas” para poderem lançar mais candidaturas masculinas.

Série Inclusão: a conquista do voto feminino no Brasil <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm **TSE apura 16 mil candidatos sem voto e uso de ‘laranjas’ para cumprir cota feminina** <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/12/14/ministerio-publico-investiga-128-candidatas-que-nao-receberam-nenhum-voto-no-rs.htm>

A proporção de mulheres eleitas para o cargo de vereador se manteve entre as eleições de 2012 e de 2016, na faixa dos 13%, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2016/blog/eleicao-2016-em-numeros/post/proporcao-de-vereadoras-eleitas-se-mantem-apos-quatro-anos.html>

- 6. Criminalização da discriminação por gênero** - Embora a Constituição de 1988 garanta o princípio da igualdade, não há lei federal específica que estabeleça como crime ou determine penalidades em casos de discriminação por gênero. Em 2006, o PLC nº122 tentou alterar a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) para definir os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Entretanto, este Projeto de Lei foi arquivado ao final da legislatura.

Em 2012, houve uma **iniciativa da Comissão Especial de Juristas para alterar**

o artigo 1º da Lei 7.716/1989, conhecida como **Lei do Racismo, com o objetivo de tornar crime inafiançável discriminar uma pessoa por ser mulher, homossexual ou nordestina**. O texto já previa a punição para “discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”, a proposta de alteração objetivava proibir a discriminação também por gênero, orientação sexual e procedência regional. **A alteração não foi aprovada** e o texto continua com a redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97.

No estado do Rio de Janeiro, por outro lado, houve um projeto de lei (nº 2054) em 2013 que estabelecia penalidades administrativas aos estabelecimentos e agentes públicos que discriminassem as pessoas em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero. Em 2015, a Lei n. 7041 tornou real o que foi previsto por esse projeto de lei, mas alterou a redação para “discriminação às pessoas por preconceito de sexo e orientação sexual”.

No estado de São Paulo, a Lei nº 10.313/1999, veda qualquer forma de discriminação no acesso aos elevadores de todos os edifícios públicos ou particulares, comerciais, industriais e residenciais multifamiliares existentes no Estado. O Artigo 1º define que “Fica vedada qualquer forma de discriminação em virtude de raça, sexo, cor, origem, condição social, idade, porte ou presença de deficiência ou doença não contagiosa por contato social (...)” e, em 2011, a Lei nº14.363 alterou a redação deste artigo para incluir os critérios de orientação sexual e identidade de gênero como formas de discriminação.

Também no estado de São Paulo, a Lei n. 12.284, de 22 de fevereiro de 2006, autorizou o Poder Executivo a incluir no currículo do ensino fundamental e médio a crítica da violência doméstica e da discriminação de raça, gênero, orientação sexual, origem ou etnia, que pode ser uma forma de prevenir que os crimes por discriminação aconteçam, a longo prazo.

Hoje, a desigualdade entre os gêneros, proporcionada pelo sistema social, econômico e político, persiste e segue como um “tabu”, longe de se tornar uma política pública educacional:

“Em 2014 estava previsto no PNE (Plano Nacional Educacional) que a questão gênero fizesse parte das diretrizes educacionais que seriam aplicadas nas escolas de todo o país. O termo “gênero”, porém, foi retirado da determinação e substituído por um novo texto base, que foi aprovado às pressas pela Câmara Federal. No caso do Plano Municipal, a decisão de retirada do termo foi tomada pela Comissão de Finanças e Orçamento (!), mesmo não sendo assunto de sua alçada. Em 2015, o Enem, com 8,4 milhões de inscritos, abordou como tema de redação “A Persistência da Violência Contra a Mulher” – nesse contexto a expressão “Enem feminista” ganhou visibilidade e a prova foi rechaçada por alguns que apontavam posicionamento ideológico e até “partidário”. Neste ano, a EMEF Amorim Lima recebeu uma notificação do vereador paulistano Ricardo Nunes (PMDB) exigindo explicações e alegando ilegalidade sobre a Semana de Gênero que estava sendo organizada na escola”.

Fonte: Folha de S.Paulo, *Agora é Que São Elas - Molho Especial* <http://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2016/11/28/quem-faz-as-regras-do-jogo-da-politica-no-brasil/>

PROJETO DE LEI DA CÂMARA nº 122, de 2006 <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604> **Discriminação contra gênero, opção sexual e procedência regional poderão fazer parte do Código Penal** <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2012/05/25/discriminacao-contr-genero-opcao-sexual-e-procedencia-regional-poderao-fazer-parte-do-codigo-penal> **LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm **Alerj aprova lei de combate à discriminação sexual no Rio** <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/alerj-aprova-lei-de-combate-discriminacao-sexual-no-rio.html> **LEI Nº 7041 DE 15 DE JULHO DE 2015** <http://bit.ly/2rw1aWT> **LEI Nº 10.313, DE 20 DE MAIO DE 1999** <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1999/alteracao-lei-10313-20.05.1999.html> **LEI Nº 14.363, DE 15 DE MARÇO DE 2011** <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2011/lei-14363-15.03.2011.html> **LEI Nº 12.284, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2006** <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2006/lei-12284-22.02.2006.html>

Legislação, Jurisprudência e aplicabilidade da lei - É comum o argumento de que não é necessário estabelecer leis para discriminações, preconceitos e violências específicas, considerando que nossa Constituição já garante o princípio da igualdade e criminaliza agressões de forma de geral. Muitas das legislações que existem, não possuem aplicabilidade, uma vez que não são regulamentadas, ou seja, não se especifica critérios, penalidades e normas, que garantam o seu cumprimento. Um exemplo disso é a Proibição da Desigualdade Salarial (vide item 26) entre homens e mulheres que operam um mesmo ofício em local específico. Na nossa Constituição Federal de 1988, isso não poderia acontecer, porém temos médias nacionais que demonstram essa prática como corriqueira nos locais de trabalho brasileiros. O fato da legislação existir, e a não regulamentação dela, gera uma não jurisprudência (ver glossário). Ou seja, é incomum, raro ou inexistente, casos em que essa norma não foi cumprida e ainda assim obteve-se indenizações e reajustes salariais diante do tribunal.

Leis específicas - como a Lei Maria da Penha - existem na tentativa de equilibrar relações sociais em que há diferença de privilégios e, a partir disso, pode haver opressão. Como na relação entre mulheres e homens, ou pessoas brancas e não-brancas. Uma vez formalizada e sancionada a lei, o Executivo e o Judiciário devem trabalhar juntos para garantir que ela seja seguida. **Dentro do nosso cenário atual, compreende-se como necessidade a prática de garantir direitos via legislação, mas entende-se também a dificuldade em garanti-los a partir da aplicabilidade da lei.**

- 7. Criminalização da homofobia** - Na CF de 88 é prevista a proibição de discriminação mediante orientação sexual, porém não existe ainda uma legislação vigente que regule isso. Em 2006, o PLC 122/2006 pretendia prever punição para discriminação por gênero, mas foi arquivado.

PROJETO DE LEI DA C MARA nº 122, de 2006 - (CRIMINALIZA A HOMOFOBIA)
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>

8. Criminalização do racismo - Na Constituição de 1988, o racismo é previsto como crime inafiançável. Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei; A Lei 7.716/1989 determina punição a quem comete crime de discriminação racial.

Lei que criminaliza o racismo completa 25 anos <https://www.brasildefato.com.br/node/27017/> **LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm

9. Delegacia da Mulher - O Decreto n. 24.668, de 30 de janeiro de 1986 revogou o Decreto n. 23.769/1985 e criou as 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher. Em 1985, o Estado de São Paulo foi pioneiro no país na criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). Atualmente, existem DDMs em todos os estados brasileiros.

Decreto n. 24.668/1986: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1986/decreto-24668-30.01.1986.html> **Decreto n. 23.769/1985:** <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1985/decreto-23769-06.08.1985.html>

Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/mapeamento-das-delegacias-da-mulher-no-brasil>

10. Depósitos bancários no próprio nome - O imperador Dom Pedro II instituiu a poupança no Brasil em 1861. Dez anos depois, uma lei permitiu aos escravos* aplicar na poupança por meio de doações, herança ou renda proveniente de alguma espécie de trabalho. As mulheres casadas conquistaram a possibilidade de abrir uma conta poupança só em 1915, de acordo com Decreto n. 11.820, Art. 9º “A mulher casada, sob qualquer regimen, póde livremente instituir e retirar depositos em seu nome, salvo expressa opposição, por escripto, do marido, o qual não

poderá retirar taes depositos sem prévia autorização, em devida fórmula, da titular da caderneta ou supprimento judicial, nos termos do direito.”

Em 1934, o Decreto n. 24.427 autorizou as mulheres casadas a terem suas poupanças sem necessitarem da autorização de terceiros, conforme seu Art. 53: “A mulher casada sob qualquer regimen e os menores de mais de 16 (dezesseis) anos de idade, poderão fazer e movimentar depósitos nas Caixas Econômicas independentemente de quaisquer autorizações.”

***Não foram encontradas informações sobre as mulheres que eram escravas.**

Remuneração da poupança é atrelada à taxa básica de juros <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2009/11/remuneracao-da-poupanca-e-atrelada-a-taxa-basica-de-juros> **Decreto n. 11.820/ 1915:** <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11820-15-dezembro-1915-511987-publicacaooriginal-1-pe.html> **Decreto n. 24.427/ 1934:** http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=24427&tipo_norma=DEC&data=19340619&link=s

11. Direito a Creche - Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (n.9394) estabeleceu no Art. 4º: “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: (...) IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;” **Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

12. Direito a decidir não ter filhos de forma autônoma - A LEI Nº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e, além de outras providências, estabelece em seu Art. 10: “Somente é permitida a esterilização voluntária nas seguintes situações: (Artigo vetado e mantido pelo Congresso Nacional - Mensagem nº 928, de 19.8.1997) I - em homens e mulheres com capacidade civil plena e maiores de vinte e cinco anos de idade ou, pelo menos, com dois filhos vivos, desde que observado o

prazo mínimo de sessenta dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico, período no qual será propiciado à pessoa interessada acesso a serviço de regulação da fecundidade, incluindo aconselhamento por equipe multidisciplinar, visando desencorajar a esterilização precoce;"

LEI Nº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9263.htm

13. Direito ao divórcio - casamento era indissolúvel, por isso o direito à Pensão Alimentícia surgiu muito antes. “Só havia o desquite – significando não quites, em débito para com a sociedade – que rompia a sociedade conjugal, mas não dissolvia o casamento”.

A LEI Nº 6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977, regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. A mulher no Código Civil http://www.mariaberenice.com.br/uploads/18_-_a_mulher_no_c%F3digo_civil.pdf LEI Nº 6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6515.htm

14. Direito ao voto - Aprovado pelo Decreto nº 21.076/ 1932 no governo Getúlio Vargas, dois anos depois foi assentado em bases constitucionais. Porém, a nova Constituição **restringiu a votação feminina às mulheres que exerciam função pública remunerada.** Apenas as mulheres que trabalhavam (aquelas que recebiam alguma remuneração) eram obrigadas a votar. Este **direito foi ampliado efetivamente para todas as mulheres 14 anos depois**, na Constituição de 1946 (artigo 133).

Série Inclusão: a conquista do voto feminino no Brasil: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-conquista-do-voto-feminino-no-brasil> Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de Setembro de 1946. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm

15. Direito da mulher casada a decidir trabalhar - O Código Civil de 1916

previa, no artigo 233 - Dos Direitos e Deveres do Marido - “O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do tecto conjugal”. No ano de 1962 (por meio da Lei 4.121) foi aprovado o Estatuto da Mulher Casada que garantia entre muitas coisas que a mulher não precisaria mais pedir autorização ao marido para poder trabalhar, receber herança e no caso de separação poderia solicitar a guarda dos filhos.

O Estatuto da Mulher Casada de 1962 <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/90299>

16. Fim da garantia por lei da restauração da “honra da mulher”, caso ela se casasse com seu estuprador - A Lei 11.106, de 2005 alterou e anulou a redação de diversos artigos que se referiam a crimes contra a honra, entre essas alterações houve a revogação da extinção da pena por estupro caso o agressor se casasse com a vítima.

LEI Nº 11.106, DE 28 DE MARÇO DE 2005. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11106.htm

17. Fim da obrigatoriedade da adoção do nome do marido - A Lei n. 6.515, de 26 de dezembro de 1977, regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento. O Art. 17 estabelece que “Vencida na ação de separação judicial (art. 5º “ caput “), voltará a mulher a usar o nome de solteira.” Esta mesma lei possibilitou que as mulheres pudessem manter seus nomes de solteira após o casamento porque adicionou um parágrafo único ao Art 240 do Código Civil de 1916 (“A mulher poderá acrescentar ao seus os apelidos do marido.”). Em 1988, a nova Constituição Federal passa a consagrar a igualdade entre marido e mulher como direito fundamental, sendo prevista no artigo 226, parágrafo 5º (“Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal, são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.”). A partir de então, jurisprudência admitia que o marido adotasse o sobrenome da mulher pelo procedimento da via judicial.. Em 2002, a nova redação do Código Civil reforça a igualdade entre marido

e mulher no artigo 1.565 ("Pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família."), assegurando, claramente, que o marido possa adotar o sobrenome da mulher se desejar logo no parágrafo 1º ("Qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescentar ao seu o sobrenome do outro").

LEI Nº 6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6515.htm **O nome da mulher no Direito de Família:** http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=580 **Abordagem constitucional sobre o Princípio da Igualdade dos cônjuges no casamento civil** http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6583 **O sobrenome da mulher** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff20109811.htm> **Código Civil Brasileiro (2002)** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm

18. Garantia da flexão de gênero na nomeação de profissões ou grau em diplomas - A Lei n. 12.605, de 3 de abril de 2012, determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas.

LEI Nº 12.605, DE 3 DE ABRIL DE 2012. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12605.htm

19. Integração do trabalho doméstico à Previdência Social - A Emenda Constitucional n. 72, de 2 de abril de 2013, altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. **Antes disso, o direito à aposentadoria permanecia nas mãos do empregador.**

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 72, DE 2 DE ABRIL DE 2013 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm

20. Jornada de trabalho variável conforme condições do ciclo menstrual - Alguns países propõem essa política, como Japão, China, Coreia do Sul e outros. No Brasil, em 21/12/2016, o deputado Carlos Bezerra propôs um projeto (PL 6.784/2016) que dispõe sobre o afastamento do trabalho durante o período menstrual da empregada.

Há países onde as mulheres podem faltar ao trabalho por causa das dores menstruais <http://www.dn.pt/sociedade/interior/os-paises-onde-as-mulheres-podem-faltar-ao-trabalho-por-causa-das-dores-menstruais-5034070.html> **PL 6784/2016** <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2122006> **Deputado Carlos Bezerra propõe mudar CLT para permitir "licença-menstrual"** <http://www.conjur.com.br/2016-dez-24/deputado-propoe-mudar-clt-permitir-licenca-menstrual>

21. Lei específica para combater a violência doméstica -

Lei Maria da Penha: *"Os benefícios alcançados pelas mulheres com a Lei Maria da Penha são inúmeros. A Lei criou um mecanismo judicial específico - os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres - com competência cível e criminal; inovou com uma série de medidas protetivas de urgência para as vítimas de violência doméstica; reforçou a atuação das Delegacias de Atendimento à Mulher, da Defensoria Pública, do Ministério Público e de uma rede de serviços de atenção à mulher em situação de violência doméstica e familiar.*

A Lei previu, ainda, uma série de medidas de caráter social, preventivo, protetivo e repressivo, e definiu as diretrizes das políticas públicas e ações integradas para a prevenção e erradicação da violência doméstica contra as mulheres, tais como: a implementação de redes de serviços interinstitucionais, a promoção de estudos e estatísticas, a avaliação dos resultados; a implementação de centros de atendimento multidisciplinar, delegacias especializadas e casas abrigo; e a realização de campanhas educativas, capacitação permanente dos integrantes dos órgãos envolvidos na questão,

celebração de convênios e parcerias, e a inclusão de conteúdos de equidade de gênero nos currículos escolares.

Em suma, a Lei Maria da Penha reconhece a obrigação do Estado em garantir a segurança das mulheres nos espaços público e privado ao definir as linhas de uma política de prevenção e atenção no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Delimita, ademais, o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e inverte a lógica da hierarquia de poder em nossa sociedade, de modo a privilegiar as mulheres e dotá-las de maior cidadania e conscientização dos reconhecidos recursos para agir e se posicionar, no âmbito familiar e social, garantindo-lhes sua emancipação e autonomia”.

Fonte: Site da Secretaria Especial de Política para Mulheres <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/lei-maria-da-penha/breve-historico>

Lei 11.340/2006: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

22. Licença Maternidade - A licença maternidade surgiu no Brasil em 1943, com o surgimento da Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT. A licença era de 84 dias e tinha que ser paga pelo empregador, o que causava uma restrição considerável para as mulheres no mercado de trabalho. A atual licença obrigatória para empresas é de 120 dias, a voluntária, chamada Programa Empresa Cidadã, a amplia para 160 dias. Em 2016, a licença paternidade foi ampliada de 5 para 20 dias, mas apenas para empresas do Programa Empresa Cidadã.

Especial Licença-Maternidade 2 - Evolução das leis e costumes sobre licença-maternidade no Brasil (06'02'') Site da Câmara Federal <http://bit.ly/2rvTtDc> LEI Nº 11.770, DE 9 DE SETEMBRO DE 2008 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11770.htm Aprovada licença-paternidade de 20 dias <https://suriman.jusbrasil.com.br/noticias/314065643/aprovada-licenca-paternidade-de-20-dias>

23. Pensão Alimentícia - A questão dos alimentos foi prevista nas Ordenações do Reino, valendo em Portugal e também no Brasil, foram

criadas em 1595, mas entraram efetivamente em vigor em 1603. Tiveram grande influência no Brasil até 1916, quando foi instituído o Código Civil.

Ordenações Filipinas - considerável influência no direito brasileiro <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/ordenacoes-filipinas--consideravel-influencia-no-direito-brasileiro/484> A Pessoa Idosa e a Tutela Alimentar: Direitos e Obrigações em relação à Família <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp109250.pdf> Ordenações Filipinas on-line <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>

24. Programa Social que fornece auxílio financeiro concentrado sob a responsabilidade da mulher - A Lei n. 10.836, de 9 de janeiro 2004, criou o Programa Bolsa Família, que, de acordo com o § 14 do artigo 2º, define que “O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento.”

Bolsa Família deu autonomia às mulheres, mas ainda falha com os homens <http://jornalggn.com.br/blog/bolsa-familia-deu-autonomia-as-mulheres-mas-ainda-falha-com-os-homens> LEI No 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm

25. Proibição da desigualdade salarial - A Islândia anunciou que será o 1º país do mundo a obrigar que as empresas cumpram igualdade salarial entre os gêneros. No Brasil, pela Constituição Federal, deveríamos ter igualdade salarial, porém não existe nada que regule esse direito. Luciana Genro propôs um PL (Projeto de Lei n. 7.016/2010) sobre o tema, que foi esquecido pela Câmara.

Islândia e a igualdade salarial entre os gêneros: <http://oglobo.globo.com/sociedade/islandia-institui-exigencia-de-salarios-iguais-para-homens-mulheres-21031570> Projeto de Lei n. 7.016/2010: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=470681>

26. Proibição do parto com algemas - A proibição do parto com algemas está sendo discutida desde 2012, entretanto, somente com o Decreto nº 8.858 de 2016 (“Art. 3º É vedado emprego de algemas em mulheres presas em qualquer unidade do sistema penitenciário nacional durante o trabalho de parto, no trajeto da parturiente entre a unidade prisional e a unidade hospitalar e após o parto, durante o período em que se encontrar hospitalizada.”) a proibição de fato aconteceu.

O Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2017 inclui a medida no Código de Processo Penal tornando o decreto uma política de Estado. A sanção presidencial ocorreu em abril de 2017 pelo Presidente Michel Temer, dando origem à Lei nº 13.434 de 12/04/2017, que acrescenta parágrafo único ao art. 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para vedar o uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato.

Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2012: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/104806> **Decreto nº 8.858, de 26 de setembro de 2016:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8858.htm **Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2017:** <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/128274> **Sanção Presidencial, abril de 2017:** <http://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/temer-sanciona-lei-que-proibe-gravidas-almegadas-durante-o-parto.html> **Lei nº 13.434 de 12/04/2017:** <http://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=17676954>

27. Proibição legislativa do casamento infantil - No ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se criança a pessoa de até 12 anos incompletos. O Código Civil de 2002 estabelece: A idade mínima para se casar mediante autorização dos pais ou representantes legais, é dezoito anos. Porém, no Art. 1.520 é possível casar sem ter atingido

a idade mínima, para então, evitar imposição ou cumprimento de pena criminal ou em caso de gravidez. **Não havendo limite de idade aparente para se proibir um casamento.** Atualmente, o Brasil tem o maior número de casos de casamento infantil da América Latina e o quarto no mundo.

“Em 2005, a Lei 11.160 revogou os incisos VII e VIII do artigo 107 do Código Penal, que previam o casamento do estupro com sua vítima como causa extintiva da punibilidade”. Porém, a **lei civil mantém a possibilidade de autorização excepcional do casamento para o caso de crimes sexuais cometidos contra meninas.**

O que a vigência do artigo 1520 do Código Civil diz sobre a percepção do estupro? <https://jus.com.br/artigos/56710/o-que-a-vigencia-do-artigo-1520-do-codigo-civil-diz-sobre-a-percepcao-do-estupro> **Lei brasileira tem brechas que incentivam o casamento infantil no país, alerta Banco Mundial** <http://g1.globo.com/mundo/noticia/lei-brasileira-tem-brechas-que-incentivam-o-casamento-infantil-no-pais-alerta-banco-mundial.ghtml> **Banco Mundial lança relatório sobre casamento infantil** <http://www.onumulheres.org.br/noticias/banco-mundial-lanca-relatorio-sobre-casamento-infantil/> **LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm

28. Regulamentação da Licença Maternidade para militares - Em 2009, por meio do Projeto de Lei 5896, foi discutido sobre a licença à gestante e à adotante, as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e a licença-paternidade, no âmbito das Forças Armadas. Este Projeto de Lei tornou-se Lei Ordinária em 2015, sob o número 13.109, em 25 de março.

Projeto regulamenta licença maternidade e paternidade para militar <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/142972.html> **PL 5896/2009** <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=447331> **LEI Nº 13.109, DE 25 DE MARÇO DE 2015.** http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13109.htm

5.3

MULHERES NA POLÍTICA



RESUMO

Você conhece algumas das mulheres que construíram e estão construindo a história do Brasil?

OBJETIVO DO JOGO

Entre em contato com trajetórias de mulheres que impactaram a história do nosso país. Conheça alguns dos quadros femininos que participam e participaram do cenário político brasileiro e inspire-se com histórias pioneiras que desafiaram e ainda desafiam a conquista por direitos, gerando memória, protagonismo e a ampliação de avanços para as mulheres brasileiras.



MULHERES NA POLÍTICA

INTRODUÇÃO

“Mulher e poder, tudo a ver. Nós mulheres somos mais de 51,4% da população brasileira. Somos mais que um quantitativo! Somos mães, companheiras, trabalhadoras urbanas, rurais e extrativistas, ribeirinhas, indígenas, quilombolas, pescadoras, quebradoras de côco, negras, lésbicas, seringueiras, camponesas e até mais. Assim, tudo a ver! Nós nos espaços de poder: seja na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais. Enfim, mulher brasileira, estamos juntas para aumentar esses números de forma qualitativa, nossos anseios ecoam da nossa Amazônia para todo o Brasil.”

Herika de Lima Fontenele, Secretária de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social [1]

Em 1824, o Brasil já tinha senadores, nossa primeira Constituição e aqueles que eram casados ou oficiais militares já podiam votar. Porém, o direito ao voto feminino só foi estabelecido depois de 108 anos. Por muito tempo negou-se às mulheres seus direitos políticos e sua cidadania. Para isso, atribuía-se certas “aptidões naturais” a elas, como cuidadoras da casa e dos filhos.

Participar da vida pública, estudar, votar até mesmo abrir uma conta no banco com em seu próprio nome, todos são direitos que hoje as mulheres têm e foram conquistados ao longo da nossa história. Hoje, pouco se sabe sobre as mulheres que estiveram - e estão - à frente desses feitos, estudos e dessas conquistas. Devido a um recorte de gênero, somos privados de saber sobre a variedade de quadros que foram decisivos para nossa trajetória como povo e como nação. O presente jogo busca trazer algumas dessas histórias, e desafia que você o complete com outras. Aprenda cada vez mais sobre mulheres que conquistaram mais poder para todas as outras mulheres.

CONCEITO DO JOGO

“Todos os espaços da sociedade são para as mulheres, mas é participação da mulher na política que fortalece e garante o empoderamento necessário para o exercício pleno de seus direitos em todos os espaços.”

Salma Farias Valêncio Diretora do Departamento de Políticas para as Mulheres[2]

No jogo Mulheres na Política, entre os tantos possíveis quadros femininos que foram fundamentais para a história da política (de forma ampla) brasileira, optamos por trazer trajetórias que dialogam com a política formal das instituições, entendendo que esses espaços de poder evidenciam um lugar simbólico, onde a falta ou a presença de algum grupo reflete seu privilégio, ou então, sua vulnerabilidade social. Tais lugares, uma vez conquistados com diversidade, proporcionam uma aproximação real no apaziguamento das atuais desigualdades sociais. Portanto, é fundamental o reconhecimento histórico das mulheres que foram pioneiras ao adentrar espaços antes inacessíveis, destinados apenas ao sexo masculino. É hora de conhecer algumas dessas histórias, e adicionar outras.

Componentes: 72 cartas e um quadro organizador de cartas

Nº jogadores: 3 a 6 jogadores

Tempo de jogo: 15 minutos

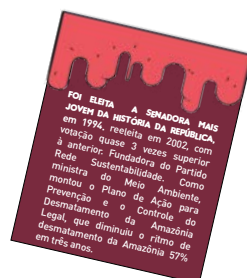
PASSO A PASSO PARA JOGAR:

1. Posiciona-se o quadro organizador de cartas no centro da mesa, colocando o baralho no espaço destinado a ele.
2. Cada participante recebe 5 cartas na mão, a frente das cartas (o rosto das mulheres) que estão na mão de cada jogador devem ficar visíveis para os demais, exceto para quem as segura. **Não é permitido olhar a frente de suas próprias cartas** e nem mostrar a descrição (texto no verso) das suas, para outros jogadores.
3. **Inicia o jogo a mulher mais nova**, a partir dela, segue-se o jogo em sentido horário.
4. Cada carta que está no jogo tem um par. Portanto, o seu desafio é combinar a descrição que tiver em sua mão com a mulher correta, na mão de outros jogadores, como um jogo da memória.



**CARTA 1
MARINA SILVA**

+

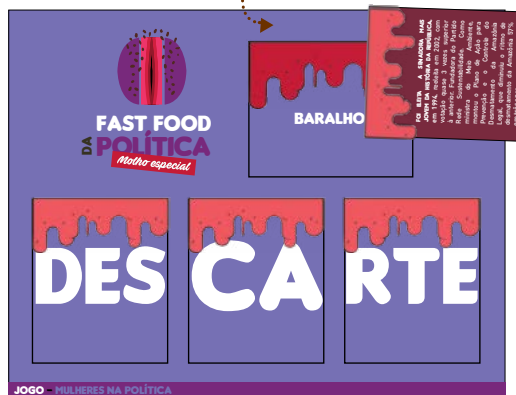


**CARTA 2
MARINA SILVA**

=

COMBINAÇÃO

**POSICIONE SEU BARALHO AQUI
COM OS ROSTOS PARA BAIXO**



5. Quando encontrar o par, a jogadora ou o jogador abaixa as duas cartas. A pessoa de quem a carta foi pega deve comprar mais uma carta da pilha.

6. FIM DE JOGO: Ganha o jogo quem baixar todas as cartas que estão em sua mão primeiro.

REGRAS:

- **Achei uma combinação!** Na vez de cada participante, o desafio é fazer uma combinação. Para isso é necessário primeiro ler em voz alta a descrição de sua carta e depois pegar a outra carta de alguém, lendo o nome que está na carta. **Confere-se a resposta (olhando se correspondem à mesma mulher), caso esteja correta:** baixa-se as cartas e temos uma combinação na mesa. **Errei a combinação:** as cartas voltam para as mãos e o(a) jogador(a) que tentou fazer a combinação compra mais uma carta.
- **Pegaram minha carta e fizeram a combinação antes de mim:** compre mais uma carta :)
- “Não sei o que fazer, saí com uma combinação logo de cara”, você está com sorte, é só ler para todas e todos, e baixá-la.
- **É permitido:** 1. Baixar mais de uma combinação por vez; 2. Descartar de uma a três cartas, desde que se compre o mesmo número que se descartou, no bolo de cartas; 3. Comprar cartas que já foram descartadas, desde que você compre um dos montes ou os três montes inteiros; 4. Também é permitido comprar as cartas que estão na superfície do descarte, desde que você compre todas que estão na superfície.

CARTAS DESCARTAS

Devem sempre ser colocadas com a frente (rostos) para cima.



CARTA PERSONALIZADA

Ao fazer o download das facas gráficas desse jogo, você poderá adicionar (usando as cartas coringas, exemplificadas abaixo) outras mulheres na política que não foram contempladas pelo jogo. Sinta-se livre para adicionar muitas outras e compartilhar com cada vez mais pessoas outros quadros femininos políticos.



BIBLIOGRAFIA

[1] Mulheres na Política + Retrato da sub-representação feminina no poder, pág. 131 <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/mais-mulheres-na-politica-retrato-da-subrepresentacao-feminina-no-poder>

[2] Mulheres na Política + Retrato da sub-representação feminina no poder, pág.126 <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/mais-mulheres-na-politica-retrato-da-subrepresentacao-feminina-no-poder>

BIBLIOGRAFIA CARTAS

1. Alzira Soriano de Souza - SCHUMAHAR, Shuma. Mulheres no Poder: Trajetória na Política a Partir da Luta das Sufragistas no Brasil -1. ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.
2. Antonieta de Barros - SCHUMAHAR, Shuma. Mulheres no Poder: Trajetória na Política a Partir da Luta das Sufragistas no Brasil -1. ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.
3. Benedita da Silva - Site da Benedita da Silva, Deputada Federal. Disponível em: <<http://www.beneditadasilva.com.br/benedita-da-silva/>>. Acesso em 10 de abril de 2017.
4. Carlota de Queirós - Portal Brasil, site do Governo Federal. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/old/copy_of_imagens/sobre/cidadania/especial-eleicoes-2010/galeria-de-historia/carlota-pereira-queiroz-a-primeira-mulher-eleita/view>. Acesso em 10 de abril de 2017.
5. Carmen Lúcia - Notícia no portal do Tribunal Superior eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2012/Marco/ministra-carmen-lucia-sera-a-primeira-mulher-a-presidir-o-tse%20http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/09/carmen-lucia-assume-presidencia-do-supremo-tribunal-federal.html>>. Acesso em 10 de abril de 2017.
6. Célia Xakriabá (Célia Nunes Correa) - Secretaria de Educação de MG. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/leis/story/6901-servidora-indigena-vai-auxiliar-secretaria-de-educacao-na-construcao-das-politicas-educacionais-para-a-area>>. Acesso em 5 de maio de 2017.
7. Celina Guimarães Viana - SCHUMAHAR, Shuma. Mulheres no Poder: Trajetória na Política a Partir da Luta das Sufragistas no Brasil -1. ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.
8. Dilma Rousseff - <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/01/conheca-a-trajetoria-da-presidenta-dilma-rousseff>
9. Edilene Bezerra Pajeú - Fórum Nacional de Educacional, site do MEC. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=173018&id_pov=273>. Acesso em 10 de abril de 2017. Site do Ministério da Educação. Disponível em: <<http://fne.mec.gov.br/93-uncategorised/minicurriculo/458-edilene-bezerra-pajeu>>. Acesso em 10 de abril de 2017.
10. Ellen Gracie Northfleet - Portal G1 de Notícias. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/08/governo-recebe-pedido-de-aposentadoria-de-ellen-gracie.html>>. Acesso em 10 de abril de 2017. Site do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?id=35&periodo=stf>>. Acesso em 10 de abril de 2017. Site do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=185964>>. Acesso em 10 de abril de 2017.
11. Érika Negarotê Garcez - Portal da RD News. Disponível em: <<http://www.rdnews.com.br/legislativo/indigena-de-18-anos-erika-e-a-vereadora-mais-jovem-eleita-em-mato-grosso/76658>>. Acesso em 10 de abril de 2017.
12. Esther de Figueiredo Ferraz - SCHUMAHAR, Shuma. Mulheres no Poder: Trajetória na Política a Partir da Luta das Sufragistas no Brasil -1. ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.
13. Jandira Feghali - SCHUMAHAR, Shuma. Mulheres no Poder: Trajetória na Política a Partir da Luta das Sufragistas no Brasil -1. ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.
14. Janete Pietá - SCHUMAHAR, Shuma. Mulheres no Poder: Trajetória na Política a Partir da Luta das Sufragistas no Brasil -1. ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.
15. Joênia Wapixana (ou Joênia Batista de Carvalho) - Agência EBC. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/03/ainda-ha-um-longo-caminho-para-que-o-direito-do-indigena-seja-plenamente>>. Acesso em 10 de abril de 2017. Portal Brasil, site do Governo Federal. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/02/joenia-wapixana-e-a-primeira-mulher-indigena-formada-em-direito>>. Acesso em 10 de abril de 2017.
16. Júlia Alves Barbosa - SCHUMAHAR, Shuma. Mulheres no Poder: Trajetória na Política a Partir da Luta das Sufragistas no Brasil -1. ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.
17. Juliana Cardoso - Site da Vereadora Juliana Cardoso. Disponível em: <<http://julianacardosopt.com.br/biografia/>>. Acesso em 10 de abril de 2017.
18. Jurema Batista - Geledés Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/13-mulheres-negras-brasileiras-de-destaque-na-politica/#gs.X=hUsaM>>. Acesso em 10 de abril de 2017.
19. Katia Abreu - Site da Senadora Katia Abreu. Disponível em: <<http://senadorakatiaabreu.com.br/biografia/>>. Acesso em 10 de abril de 2017.

20. Leci Brandão - Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, perfil da Deputada Leci Brandão. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/alesp/deputado/?matricula=300513>>. Acesso em 10 de abril de 2017.
21. Leonice Tupari - Conexões Mulheres Indígenas. Disponível em: <<https://conexoes.socioambiental.org/serlideranca.html>>. Acesso em 10 de maio de 2017.
22. Leonilda de Figueiredo Daltro - SCHUMAHER, Shuma. Mulheres no Poder: Trajetória na Política a Partir da Luta das Sufragistas no Brasil -1. ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.
23. Luislinda Valois - Portal G1 de Notícias. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/luislinda-valois-toma-posse-no-novo-ministerio-dos-direitos-humanos.ghtml>>. Acesso em 10 de abril de 2017.
24. Luiza Bairros - Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-07/morre-em-porto-alegre-ex-ministra-da-igualdade-racial-luiza-bairros>>. Acesso em 10 de abril de 2017.
25. Luiza Erundina - Site da Câmara Federal, perfil da Deputada. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/deputado/dep_Detalhe.asp?id=5830288>. Acesso em 10 de abril de 2017. Site da Deputada Luiza Erundina. Disponível em: <<http://www.luizaerundina.com.br/>>. Acesso em 10 de abril de 2017. Site Câmara, situação da PEC 590/2006 (Proposta de Emenda à Constituição). Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=339287>>. Acesso em 10 de abril de 2017.
26. Mara Gabrilli - Site da Mara Gabrilli, Deputada Federal. Disponível em: <<http://maragabrilli.com.br/quem-sou-eu/>>. Acesso em 10 de abril de 2017.
27. Maria Augusta Generoso Estrela e Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira - SCHUMAHER, Shuma. Mulheres no Poder: Trajetória na Política a Partir da Luta das Sufragistas no Brasil -1. ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.
28. Maria Olivia Santana - Geledés Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/13-mulheres-negras-brasileiras-de-destaque-na-politica/#gs.X=hUsaM>>. Acesso em 10 de abril de 2017. Site do Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.setre.ba.gov.br/2017/01/1117/Governador-Rui-Costa-da-posse-a-Olivia-Santana-na-Setre.html>>. Acesso em 10 de abril de 2017.
29. Marina Silva - <http://marinasilva.org.br/biografia/>
30. Marta Suplicy - <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/5000>
31. Nilma Lino - Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/outubro/nilma-lino-gomes-e-indicada-como-titular-do-ministerio-das-mulheres-igualdade-racial-e-direitos-humanos>>. Acesso em 10 de abril de 2017.
32. Nísia Floresta e Maria Firmina dos Reis - SCHUMAHER, Shuma. Mulheres no Poder: Trajetória na Política a Partir da Luta das Sufragistas no Brasil -1. ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.
33. Roseana Sarney - Portal Brasil, site do Governo Federal. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/mulheres-na-politica>>. Acesso em 10 de abril de 2017.
34. Sônia Guajajara - Revista Azmina. Disponível em: <<http://azmina.com.br/2016/03/seis-mulheres-indigenas-que-vale-a-pena-seguir-nas-redes/>>. Acesso em 10 de abril de 2017. Amazon Watch. Disponível em: <<http://amazonwatch.org/news/2014/0310-sonia-guajajara-a-powerful-voice-for-brazils-indigenous-peoples>>. Acesso em 10 de abril de 2017.
35. Telma Marques Taurepang - Site da Fundação Nacional do Índio. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3943-sem-inario>>. Acesso em 10 de abril de 2017. <<http://alice.ces.uc.pt/en/wp-content/uploads/2014/06/Texto-Telma-Taurepang-versa%CC%83o-complementada-2-1.pdf>>. Acesso em 8 de maio de 2017.
36. Theodosina Rosário Ribeiro - Agência Patrícia Galvão. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/politica/noticias-politica/ha-85-anos-mulheres-conquistaram-direito-ao-voto/>>. Acesso em 10 de abril de 2017.

5.2

JOGO DAS VOZES



RESUMO

O jogo discute a relação entre sistema eleitoral e a representatividade feminina.

OBJETIVO DO JOGO

Entre em contato com os atuais mecanismos formais que garantem a **falta ou a presença das mulheres na política**, compreendendo um pouco mais sobre algumas das atuais discussões sobre as regras decisivas para modificar esse cenário.



"Já está no tempo de as mulheres brasileiras ocuparem o lugar que lhes pertence na política. É urgente uma reforma política para que se estabeleçam mudanças estruturais nas formas de participação e representação, no financiamento público das campanhas e da instituição de lista eleitoral com alternância por sexo. Reverter a cultura partidária adversa às mulheres é imprescindível para a democracia brasileira."

Silvia Cordeiro, Secretária da Mulher de Pernambuco[1]

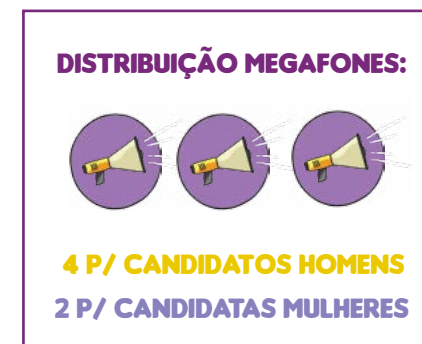
Após tantos avanços legislativos e sistêmicos, ainda hoje as brasileiras encontram dificuldades ao tentar ingressar na vida pública. Essas barreiras se traduzem em regras invisíveis que impedem as mais diversas mulheres, em especial as não-brancas, de chegarem aos espaços de poder. Tal fenômeno tem suas raízes em nossa estrutura social. Porém, e principalmente, ainda hoje existem uma série de mecanismos do nosso atual sistema político que têm consolidado esse não-espaço e a perpetuação desse cenário.

Essas regras são traçadas desde a forma que os partidos estão hoje organizados, o não apoio às campanhas, a falta de financiamento eleitoral, imagem que a mídia proporciona, falta de apoio da opinião pública e desafios próprios do mandato, que estão previstos até mesmo via legislação.

Segundo a Folha de S.Paulo, se o atual ritmo na queda da desigualdade entre mulheres e homens se mantiver, apenas em 2254, (ou seja, daqui a 237 anos) teria-se 51% de parlamentares mulheres na Câmara dos Deputados. Hoje, se fala muito na reforma eleitoral de pontos considerados decisivos para subverter a enorme desigualdade que se apresenta entre os gêneros, ou seja, uma mudança nas regras do jogo. O Jogo das Vozes pretende abordar alguns dos entraves e algumas das tantas propostas que têm sido discutidas.

INÍCIO:

A eleição começou! Estamos em um cenário acirrado de disputa política por representatividade e poder. Cada jogadora ou jogador usará todos os recursos disponíveis para vencer essa batalha. O jogo começa com a distribuição (via sorteio) dos candidatos/as apresentando um gênero específico. Personagens candidatas recebem 2 megafones. Personagens candidatos começam com 4 megafones. Cada um das/os candidatas/os deve conquistar o maior número de megafones - que representam a potência de seu poder de fala - para vencer o jogo.



Componentes: 70 megafones e 2 baralhos, um de eventos outro de desafios.

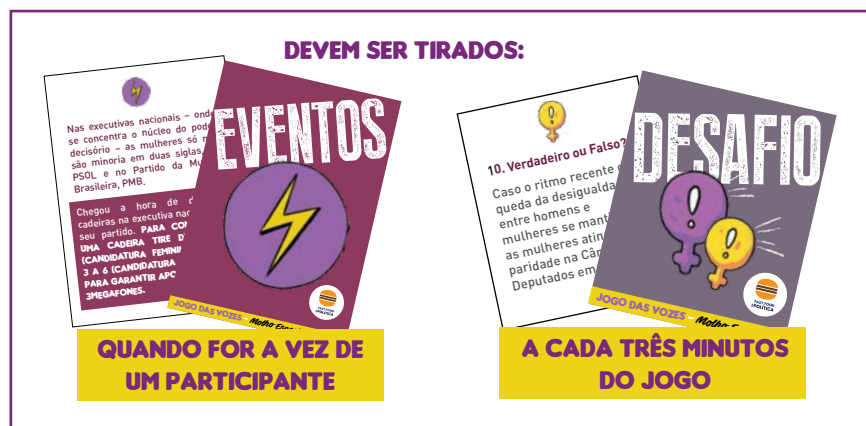
Contendo 11 de cartas e desafio e 25 cartas de evento.

Número de Jogadores: 3-8 jogadores

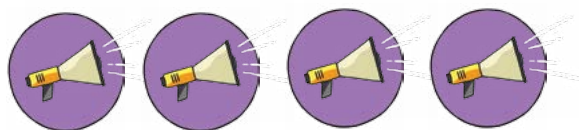
Tempo: 8-20 minutos

Atenção: Também será necessário um cronômetro, que pode ser o do celular.

Para vencer, é preciso articular-se ao longo do jogo a partir dos eventos (baralho de eventos) que traz possíveis apoios eleitorais, mídia, opinião pública e a tentativa de aprovar novas regras legislativas. E do baralho de desafios: a cada três minutos no jogo uma carta desse baralho irá surgir, aqueles que acertarem sua resposta recebem dois megafones.



Megafones: quanto mais megafones, maior o poder de fala, influência e capacidade de acessar recursos. Apoio privado, apoio partidário, imagem, votos e avanços legislativos (que nos aproximam de uma maior representação paritária[2]), são traduzidos em um aumento ou uma diminuição de megafones, conforme a conquista desses recursos, ou a falta deles.



Mecanismos legislativos: Entraremos em contato com mecanismos eleitorais vigentes, outros em tramitação e alguns que são tema de discussão para uma futura reforma eleitoral brasileira. Essa reforma pode favorecer a representatividade feminina nos cargos de poder e decisão da política brasileira.

DICAS:

- Os mecanismos legislativos são cartas dentro do baralho de eventos. Alguns deles, se aprovados pelos jogadores, podem automaticamente aumentar a representatividade feminina, distribuindo um maior número de megafones (poder de fala) para as candidatas mulheres.
- O baralho de eventos: para conquistar um recurso ou aprovar um mecanismo, as personagens mulheres devem tirar 5 ou 6 no dado. Para os personagens homens conseguirem o mesmo eles devem tirar de 3 a 6 no dado. É permitido desistir de tentar um recurso ou viabilizar mecanismos. Atenção: a cada três cartas de evento de tentativas seguidas e perda (pelo mesmo personagem) um megafone do mesmo é eliminado.
- Baralho de desafios: Ambos os gêneros terão a mesma probabilidade de acertar, porém, quando as personagens mulheres acertam, elas ganham o dobro (2) de megafones do que os personagens homens, que ganham apenas um megafone.
- A forma mais potente para garantir a vitória das candidatas mulheres é que elas saibam mais sobre o cenário e/ou consigam se unir para aprovar os mecanismos eleitorais que aumentam a sua representatividade.

COMO JOGAR:

1. Uma vez embaralhados e recebidos os personagens, os megafones são distribuídos na devida quantidade, e a partida começa. O/a “personagem homem” mais velho/a dá início: retira uma carta de eventos e decide se irá passar a vez ou não. **ATENÇÃO: É permitido passar a vez duas rodadas seguidas, na terceira perde-se 3 megafones.**
2. Segue-se em sentido horário, cada participante deve retirar uma carta de evento (do baralho de eventos) por vez.
3. Cada carta indicará a consequência de cada evento. Será possível ganhar recursos (apoio eleitoral ou midiático) apostando sozinho, tirando o número no dado necessário (que a carta de evento exigirá), se sua candidatura for masculina, você terá mais chances de conquistar esses apoios. E em outros eventos, poderá ser aprovado reformas políticas, quando apostando-se em conjunto: os demais participantes podem apostar contra o/a jogador/a da vez. Caso não queiram apostar contra, não apostam nada. Consequência: se o/a jogador/a da vez acertar o número dado e aprovar o mecanismo legislativo, ganha a mesa (o que os demais jogadores apostaram) e mais 4 megafones. Caso perca, jogadores que apostaram contra ganham do “banco de megafones” o dobro do que apostaram. (O jogador da vez deverá sempre tirar no dado o número que a carta de evento indica).
4. **Não esqueça!** A cada três minutos do jogo, uma carta do baralho de desafios deve ser tirada. Quem estiver jogando recebe aquela carta e tem direito de passar para outro participante responder, se assim o desejar, passando automaticamente a consequência dos pontos.

ATENÇÃO: O Gabarito do Desafio deve permanecer com uma pessoa que não representa um personagem no jogo. Ela ficará responsável também por ler as respostas dos desafios e dar ou não megafones para os participantes, a partir da consequência de cada carta.

FIM DE JOGO: aquele que obtiver 18 megafones primeiro, ganha o jogo. O número 18 representa a idade mínima para ser elegível no legislativo municipal brasileiro[3]. Em caso de empate, o personagem que for mais novo, ganha o jogo. Nas nossas eleições presidenciais, por exemplo, quando ocorre um empate o candidato mais idoso vence a eleição[4]. Aqui, decidimos inverter esse cenário.

BIBLIOGRAFIA MANUAL

1. + Mulheres na Política - Retrato da sub-representação feminina no poder” pág.105 - <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/mais-mulheres-na-politica-retrato-da-subrepresentacao-feminina-no-poder>
2. Representação Paritária - composição representativa na qual membros são 50% de mulheres e 50% de homens.
3. Na nossa Constituição Federal de 1988, Capítulo IV, dos Direitos Políticos, é determinado que a idade mínima para se eleger é: “a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador; b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal; c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz; d) dezoito anos para Vereador. (visualizado em 11/04/17 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
4. “Quando há empate entre candidatos, é eleito o candidato mais idoso. Essa situação está prevista no artigo 110 do Código Eleitoral. Para determinar o resultado da eleição, só contam os votos válidos, não sendo contabilizados os votos nulos e brancos”. (visualizado em 11/04/17 - <https://www.eleicoes2016.com.br/o-que-acontece-no-caso-de-empate-entre-candidatos/>)

BIBLIOGRAFIA CARTAS DOS JOGOS

Cartas Desafio:

1. Só uma cidade tem paridade de gênero nas eleições 2016 (09/09/2016 Carta Capital. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/so-uma-cidade-tem-paridade-de-genero-nas-eleicoes-2016>>. Acesso em 14 de abril de 2017.
2. Eleições 2016: país elege 7.803 vereadoras e 638 prefeitas em primeiro turno (10/10/2016). Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Outubro/eleicoes-2016-pais-elege-7-803-vereadoras-e-638-prefeitas-em-primeiro-turno>>. Acesso em 14 de abril de 2017.
3. Mais de 16 mil candidatos tiveram votação zerada nas Eleições 2016 (10/11/2016). Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Novembro/mais-de-16-mil-candidatos-tiveram-votacao-zerada-nas-eleicoes-2016>>. Acesso em 14 de abril de 2017.
4. Divulgação das candidaturas das eleições de 2016 de Baixo - CE. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2016/2/13358/candidatos>>. Acesso em 14 de abril de 2017. Resultados das eleições de 2016 em Baixo - CE. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016/resultados>>. Acesso em 14 de abril de 2017.
5. Partidos recorrem a candidatas “fantasmas” para preencher cota de 30% para mulheres (27/10/2016). Gênero e Número. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/partidos-recorrem-candidatas-fantasmas-para-preencher-cota-de-30-para-mulheres/>>. Acesso em 14 de abril de 2017.
6. Por que há tantas candidaturas-fantasma de mulheres (11/09/2016, atualizado em 07/03/2017). Nexo Jornal. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/09/11/Por-que-h%C3%A1-tantas-candidaturas-fantasma-de-mulheres>>. Acesso em 14 de abril de 2017.
7. Exemplos: Cristina Kirchner (Argentina), Angela Merkel (Alemanha) e Michelle Bachelet (Chile). Conheça outros 16 aqui: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/conheca-as-19-mulheres-que-lideram-paises-pelo-mundo,5685379d424ea410VgnCLD200000b2bf46d0RCRD.html>.
8. Exemplos da Eleição Municipal de SP: Luiza Erundina (PSOL), Juliana Cardoso (PT) e Adriana Ramalho (PSDB)
9. -

10. Dois séculos separam mulheres e homens da igualdade no Brasil (26/09/2015). Folha de S.Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/asmais/2015/09/1675183-no-ritmo-atual-fim-da-desigualdade-entre-homens-e-mulheres-demoraria-240-anos.shtml>>. Acesso em 14 de abril de 2017.
11. Brasil tem menos mulheres no Legislativo que Oriente Médio (06/03/2015). Jornal Estadão. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-menos-mulheres-no-legislativo-que-oriente-medio,1645699>>. Acesso em 14 de abril de 2017.

Cartas de Eventos:

1. Diminuição do percentual de mulheres que acreditam que a Política seria melhor com mais mulheres. Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública/ Gustavo Venturi e Tatau Godinho (orgs.); prefácio: Eleonora Menicucci. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, 2013.
2. Partidos recorrem a candidatas “fantasmas” para preencher cota de 30% para mulheres (27/10/2016). Gênero e Número. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/partidos-recorrem-candidatas-fantasmas-para-preencher-cota-de-30-para-mulheres/>>. Acesso em 14 de abril de 2017.
3. Partidos recorrem a candidatas “fantasmas” para preencher cota de 30% para mulheres (27/10/2016). Gênero e Número. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/partidos-recorrem-candidatas-fantasmas-para-preencher-cota-de-30-para-mulheres/>>. Acesso em 14 de abril de 2017.
4. Mulheres sofrem com desigualdade no financiamento de campanha (01/02/2015). Notícias R7. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/mulheres-sofrem-com-desigualdade-no-financiamento-de-campanha-01022015>>. Acesso em 14 de abril de 2017.
5. A mídia política tem gênero? (27/10/2016). Gênero e Número. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/qual-e-o-genero-do-jornalismo-politico/>>. Acesso em 14 de abril de 2017. Fonte original: MIGUEL, L. F. ; BIROLI, F. . Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011. v. 1. 230p.
6. A mídia política tem gênero? (27/10/2016). Gênero e Número. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/qual-e-o-genero-do-jornalismo-politico/>>. Acesso em 14 de abril de 2017. Fonte original: Global Media Monitoring Project 2015.

7. A primeira lei, de 1995, foi a Lei nº 9.100. A lei que estabeleceu a porcentagem atualmente em vigor é a Lei nº 9.504. Para saber mais sobre os efeitos das legislações sobre cotas legislativas, leia: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_991.pdf>. Apenas em 2009 a Lei nº 12.034 alterou a redação da Lei nº 9.504 de “devezrá reservar” para “preencherá”, ou seja, tornou obrigatório o cumprimento do dispositivo legal. Dado sobre a porcentagem de mulheres no Senado disponível em:< <http://www25.senado.leg.br/web/senadores/em-exercicio>>. Acesso em 14 de abril de 2017.
8. Artigo 2º, parágrafo 5º, inciso IV da Lei 12.034/2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm>. Acesso em 14 de abril de 2017.
9. Artigo 9º da Lei 13.165/2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm>. Acesso em 14 de abril de 2017.
10. Mulheres poderão vir a ter 30% das vagas na Câmara dos Deputados (23/01/2017). Site do Senado Federal. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/01/23/mulheres-poderao-vir-a-ter-30-das-vagas-na-camara-dos-deputados/>>. Acesso em 14 de abril de 2017.
11. Relator vai propor cota de 1/3 para mulheres em listas de partidos (22/03/2017). Site da Câmara Federal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/526681-RELATOR-VAI-PROPOR-COTA-DE-13-PARA-MULHERES-EM-LISTAS-DE-PARTIDOS.html>>. Acesso em 14 de abril de 2017.
12. -
13. O voto em lista fechada é mesmo uma péssima ideia? (30/03/2017). Exame Abril. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/o-voto-em-lista-fechada-e-mesmo-uma-pessima-ideia/>>. Acesso em 14 de abril de 2017.
14. Artigo 9º da Lei 13.165/2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm>. Acesso em 14 de abril de 2017.
15. Câmara rejeita criação de cota para mulheres no Legislativo (16/06/2015). Site da Câmara Federal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/490383-CAMARA-REJEITA-CRIACAO-DE-COTA-PARA-MULHERES-NO-LEGISLATIVO.html>>. Acesso em 14 de abril de 2017.

16. -
17. Estatísticas Eleitorais 2016 – Resultados. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016/resultados>>. Acesso em 14 de abril de 2017.
18. Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública/ Gustavo Venturi e Tatau Godinho (orgs.); prefácio: Eleonora Menicucci. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, 2013. Acesso em 14 de abril de 2017.
19. TRE Minas Gerais A História da justiça eleitoral. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-mg-historia-da-justica-eleitoral>>. Acesso em 15 de abril de 2017.
20. Brasil tem movimentos de mulheres mais estruturados do mundo, diz pesquisadora (28/04/2017). Revista Cult. Disponível em: <<https://revista-cult.uol.com.br/home/brasil-tem-movimentos-de-mulheres-mais-estruturados-do-mundo/>>. Acesso em 15 de abril de 2017.
21. ‘Meu papel era ficar quieta’, diz primeira senadora eleita (01/11/2010). Jornal Estadão. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,meu-papel-era-ficar-quieta-diz-primeira-senadora-eleita-imp-,633096>>. Acesso em 15 de abril de 2017.
22. Projetos de Lei Apresentados na Câmara dos Deputados. Site Meu Congresso Nacional. Disponível em: <<http://meucongressonacional.com/mulher/leis>>. Acesso em 15 de abril de 2017.
23. Interrupção da voz feminina é uma forma de violência (06/03/2017). Disponível em: <<http://propmark.com.br/mercado/interruptao-da-voz-feminina-e-uma-forma-de-violencia>>. Acesso em 15 de abril de 2017. Mulheres são mais interrompidas que homens em conversas de trabalho? (08/03/2017). Disponível em: <<http://noticias.r7.com/internacional/mulheres-sao-mais-interrompidas-que-homens-em-conversas-de-trabalho-08032017>>. Acesso em 15 de abril de 2017.
24. Mulheres sofrem com desigualdade no financiamento de campanha (01/02/2015). Notícias R7. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/mulheres-sofrem-com-desigualdade-no-financiamento-de-campanha-01022015>>. Acesso em 15 de abril de 2017.
25. Cotas femininas e financiamento de campanha. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/11282-1442-5-30.pdf>>. Estatísticas eleitorais. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas>>.

5.4

FEMINISMO INDEFINIDO



RESUMO

Quais as referências da pluralidade de termos, movimentos e teorias que dialogam com o Feminismo? Quais são as definições corretas? Existe definição correta?

OBJETIVO DO JOGO

Entenda um pouco mais de onde vem cada definição do Feminismo, associe autorias e conceitos, reveja o que você sabe e descubra um pouco mais sobre cada vertente e movimento atribuída ao Feminismo.

FEMINISMO INDEFINIDO

INTRODUÇÃO

O que é o feminismo? Será um movimento único, bem definido e homogêneo? Será o contrário de machismo? Sobre o que dialoga? Existe um consenso? Descubra algumas das diversas vertentes que permeiam o feminismo de acordo com autores, canais de comunicação e movimentos históricos.

Componentes: 8 personagens com (24 cartas de dicas), 3 cartas de definição (gênero, sexo e feminismo) com 8 cartas de dicas, 8 pontos de diálogo e 1 marcador de fases.

Obs.: Será necessário um cronômetro também.

Número de Jogadores: 1 narrador e 5-9 jogadores

OBJETIVO DO JOGO

As jogadoras e jogadores devem se unir para descobrir o que cada teoria e movimento que se relaciona ao feminismo representa. O grupo que não trabalhar junto para ganhar, e não atribuir cada significado (DICA) com a representação correta (CARTA DE FEMINISMO OU TEORIA), perde, pois competirão entre si, sendo engolidos pela distorção ou falta de acesso à informação.

O NARRADOR:

O Narrador deve conduzir o jogo, dando as instruções necessárias para cada fase e gerenciando o tempo permitido para concluir cada etapa.

Fase 1: É hora de definir Gênero e Sexo! Posicione as cartas da fase 1 na mesa (Gênero e Sexo) avisando que os jogadores não podem olhar o verso antes de estabelecer as conexões. Dar as cartas do conteúdo, explicando que elas devem ser atribuídas a esses termos de forma correta.

Fase 2: Agora é tempo de definir o que afinal é ou não Feminismo. Posicionadas as cartas da fase dois, "feminismo" e dicas, antes que definam o feminismo, participantes não podem virar a carta feminismo.

Fase 3: as vertentes do feminismo jogam juntas e cada participante representa cada uma delas. Uma vez distribuído as carta de personagens (vertentes do feminismo) as dicas destes devem ser selecionadas pelo narrador e distribuídas entre os jogadores. **ATENÇÃO: nenhuma vertente pode estar com uma dica que define ela mesma. Isso deve ser separado corretamente pelo narrador.**

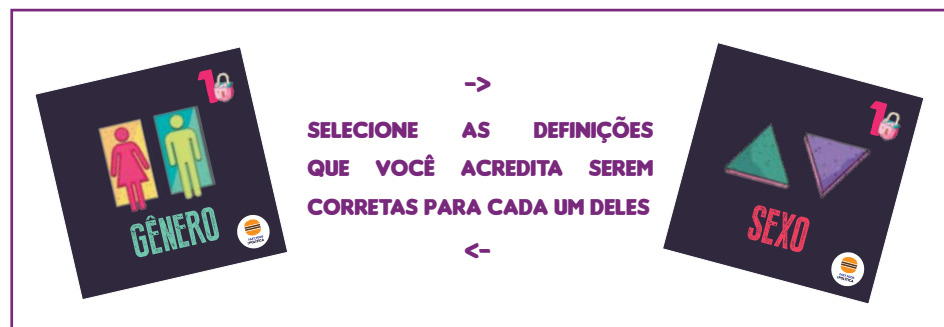
MARCADOR DE FASES:



Obs.: Ao final de cada etapa, narrador deverá marcar (dentro do marcador de fases) aonde o grupo de encontra.

COMO JOGAR?

FASE 1: Para começar, os jogadores devem direcionar os significados atribuídos a sexo e gênero. Conectando as “dicas da fase 1” nos termos corretos (gênero ou sexo). Após a compreensão desses, a próxima fase começa. (Tempo: 3 minutos) Narrador confere a resposta com participantes.



FASE 2: É hora de definir o que não é feminismo. Entre os tantos significados atribuídos ao feminismo, ache aqueles que não são utilizados pelas vertentes desse movimento, e que muitas vezes representam distorção de informação relação ao feminismo. Pegue as cartas de dicas (da fase 2), discuta com o grupo e coloque marcadores em cima das que se acredita estarem corretas (Tempo: 3 minutos) Narrador confere a resposta com participantes.

Observação: Nessa fase a ideia é, principalmente, entender o que não é Feminismo e não traçar regras sobre o que é o movimento feminista.



(GABARITO DA FASE 1 E 2 DEVEM ESTAR NO VERSO DAS CARTAS)

FASE 3: Agora nós sabemos mais sobre o que significa sexo, gênero e feminismo. É hora de entendermos a pluralidade que foi atribuída a esse movimento ao longo das décadas. Cada jogadora ou jogador deve pegar uma carta do baralho de personagens aleatoriamente (não é permitido escolher), que será o seu feminismo e/ou teoria até o final do jogo. Uma vez recebida a carta de personagem, o nome da vertente fica para o lado de fora e as características (dicas) ficam escondidas para o lado de dentro, não é permitido mostrar para os outros jogadores.



CARACTERÍSTICAS E CARTAS DE DICA

Cada carta de dica sobre os personagens vem com categorias de informação para que possamos descobrir o que cada vertente diz: principais teóricas ou frase famosa / descrição geral / características de como a vertente se posiciona.



**PRINCIPAIS
BANDEIRAS**



**CONTEXTO
HISTÓRICO**



**FRASE DE
TEÓRICA**

REGRAS:

Os jogadores têm 12 minutos para acertar o que cada vertente diz.

Existem no jogo **pontos de diálogo**, representando a tolerância. Não é permitido mostrar as dicas para outros participantes, a menos que se gaste um dos pontos de diálogo para discutir coletivamente e dar a dica para o personagem certo.

Se ninguém nunca jogou esse jogo, os jogadores tem 8 pontos de diálogo, toda vez que alguém errar ou usar para discutir coletivamente, um pontos de diálogo deve ser posicionado com o seu verso para cima. Caso um terço ou mais dos jogadores já tenha jogado, o grupo pode errar 4 vezes.



PASSO 1 | Para ganharmos o jogo, cada personagem (feminismo ou teoria) precisa se escutar e se compreender. Todos devem contar um pouco de quem são, respeitando o tempo de 1 minuto cada. Após essa rodada o baralho de dicas deve ser embaralhado e distribuído entre os jogadores de forma igualitária. (Caso algum feminismo não esteja jogando o narrador deve separar as dicas daquele personagem e tirar do jogo).

Ex: Boa tarde à todos, eu sou a Teoria interseccional ou Feminismo interseccional, nasci em 1960. Sou uma Escola de pensamento que defende que nenhuma opressão pode ser considerada ou combatida isoladamente. A Bell Hooks e a Suzane Knudsenu são algumas das teóricas atribuídas ao meu trabalho. Interseccional significa: sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação.

Passo 2 | Agora, em sentido horário cada personagem, baseado na escuta das apresentações, pode ler uma das dicas em voz alta para todos e transferir para outro personagem do qual acredita ser a dona ou o dono daquela descrição. Uma vez recebida a dica e estando correta, a vez passa para o jogador que recebeu a última carta, e assim por diante. Caso a carta recebida esteja errada, a carta retorna para jogador que a deu, e a vez passa em sentido horário.

Passo 3 | No fim dos 15 minutos, cada movimento ou teoria deve olhar para as dicas que recebeu e ler em voz alta todas que estiverem certas, as que estiverem erradas virar para baixo e colocar no centro da mesa. Nenhuma dica errada, o grupo vence! Caso alguma esteja errada, não foi dessa vez. Mas para encerrar, o narrador deve pegar essas dicas viradas, ler novamente para todo o grupo, e perguntar qual eles consideram agora que é a vertente dona daquela dica. E depois falar a resposta.

FIM DE JOGO: Para os grupos que não conseguiram compreender o que cada vertente diz, continuem tentando! Tanto quanto é importante definir o feminismo, é preciso, concordando ou não, compreender a pluralidade que orbita em torno desse termo, suas diversas teorias e movimentos, que se interseccionam e se contrapõem.

Para aqueles que ganharam, parabéns. Significa que cada vertente do feminismo e teoria estiveram com uma escuta potente para se compreender e validar um dos princípios básicos de qualquer movimento que busca quebrar os paradigmas atuais, a democracia.

Reconhecendo todas essas facetas, agora é hora dos jogadores abrirem o papel que guardaram no começo do jogo, olhar para as vertentes e dizer qual/quais delas mais se identifica ou gostaria de entender mais. Se a resposta do começo do jogo é a mesma ou algo mudou. Final do manual. Bibliografia sugerida sobre cada movimento?

CONCEITO DO JOGO/CONCLUSÃO

O que é o Feminismo? E o que não é Feminismo? Existe algum Feminismo que não é feminista? Será que questionar isso já é um determinado Feminismo? De novo, o que é Feminismo?

Entre tantos posicionamentos em comum e tantos outros que se contrapõem, o que, afinal, cada uma dessas teorias e movimentos defende em suas raízes? Qual é sua história e suas diretrizes? Além do que defendemos com afinco ou o que somos completamente contra, será que entendemos realmente as bases e as ramificações de cada um desses personagens e o que cada um de fato defende?

Em tempos em que o acesso à informação é tão rápido e fácil, somos bombardeados a todo momento por vários tipos de conteúdos, dos mais confiáveis até os mais distorcidos. A partir disso, acreditamos ser fundamental ter um contato maior com os conceitos expressos pelos próprios movimentos, e não apenas com as ideias que costumam ser atribuídas a eles. Reunindo informações - de Blogs, teóricas, redes sociais e plataformas digitais bastante usadas para consulta pública - sobre o Feminismo e as diversas teorias e movimentos que são conectados a esse termo, construímos um jogo com o objetivo de aprofundar a discussão sobre o Feminismo, determinando essas nuances a partir dos próprios discursos de cada movimento.

A nossa pretensão é trazer uma reflexão final em dois pontos principais:

1. Para ser contra algo, é preciso primeiro compreender o que aquilo é. Será que realmente sabemos o que o(s) Feminismo(s) diz(e)m? 2. Contra ou a favor ao Feminismo, você sabe responder o que a vertente do seu Feminismo (ou o seu Não-Feminismo) defende e a quem suas ações beneficiam? E questionando, que comece o debate!

BIBLIOGRAFIA

Fase 2

1. <http://mdemulher.abril.com.br/estilo-de-vida/11-mentiras-batidas-sobre-feminismo-que-precisam-parar-de-ser-repetidas/>
2. http://www.huffpostbrasil.com/ana-julia-gennari/15-coisas-que-voce-ja-ouviu-sobre-feminismo-mas-que-nao-passam_a_21698352/
3. http://www.huffpostbrasil.com/ana-julia-gennari/15-coisas-que-voce-ja-ouviu-sobre-feminismo-mas-que-nao-passam_a_21698352/
4. Definição da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adiche em seu livro “Sejam Todos Feministas”.
5. <http://mdemulher.abril.com.br/estilo-de-vida/11-mentiras-batidas-sobre-feminismo-que-precisam-parar-de-ser-repetidas/>
6. <http://www.gp1.com.br/noticias/entenda-o-feminismo-e-a-luta-das-mulheres-por-mais-direitos-410448.html>

Fase 3 - Bibliografia das Cartas Personagens:

1. Feminismo Anarquista - [1]. A Biblioteca Feminista, Feminismo Anarquista. Disponível em: <<https://abibliotecafeminista.wordpress.com/vertentes/feminismo-anarquista/>>. Acesso em 20 de abril de 2017. [1 e 2]. Blog Klitoriana Revolução, Anarco Feminismo. Disponível em: <<http://klitorianarevolucao.blogspot.com.br/2013/01/anarco-feminismo.html>>. Acesso em 20 de abril de 2017. 3. Site da Resistência Libertária. Disponível em: <<http://resistencialibertaria.org/2016/03/20/pontes-entre-o-anarquismo-e-o-feminismo/>>. Acesso em 20 de abril de 2017.
2. Feminismo Liberal - [1 e 2]. A Biblioteca Feminista, Feminismo Libertário. Disponível em: <<https://abibliotecafeminista.wordpress.com/vertentes/feminismo-liberal-e-libertario/>>. Acesso em 18 de maio de 2017. [3]. Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski e Talita Gonçalves de Medeiros: A atualidade da obra de Mary Wollstonecraft. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>.

- php?pid=S0104-026X2017000100375&script=sci_arttext>. Acesso em 15 de maio de 2017.
3. Feminismo Materialista - [1]. <https://abibliotecafeminista.wordpress.com/vertentes/feminismo-marxista/> [2]. OS ATUAIS DESAFIOS PARA O FEMINISMO MATERIALISTA. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7984/5851>>. Acesso em 18 maio de 2017 [3]. <<http://sexismoemisoginia.blogspot.com.br/2009/05/diferentes-tipos-de-feminismo.html>>. Acesso em 18 maio de 2017.
 4. Feminismo Negro - [1 e 2]. Gelédes, Instituto da Mulher Negra - Feminismo negro: sobre minorias dentro da minoria. <<http://www.geledes.org.br/feminismo-negro-sobre-minorias-dentro-da-minoria>>. Acesso em 18 de maio de 2017. [3]. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300015>. Acesso em 18 maio de 2017.
 5. Feminismo Radical - [1]. <https://materialfeminista.milharal.org/2013/07/25/traducao-feminismo-radical-historia-politica-acao-parte/> [2]. FEMINISMO RADICAL – PENSAMENTO E MOVIMENTO. Disponível em: e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/3107/2445 <https://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/feminismo-academico-9622.html> [3]. <https://feministactual.wordpress.com/2008/01/09/simone-de-beauvoir-ninguem-nasce-mulher-torna-se-mulher/>
 6. Mulherismo - [1]. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300015 Acesso em 17 mai. 2017 [2]. Womanism - Bibliography. Disponível em: <http://science.jrank.org/pages/8159/Womanism.html> Acesso em 17 mai. 2017 [3]. <http://kdfrases.com/autor/alice-walker> Acesso em 17 maio de 2017.
 7. Teoria da Interseccionalidade ou Feminismo interseccional - [1]. Qual é o seu feminismo? Conheça as principais vertentes do movimento http://www.huffpostbrasil.com/2015/06/14/qual-e-o-seu-feminismo-conheca-as-principais-vertentes-do-movim_a_21680114/ Acesso em 17 mai. 2017

- [2]. 'Feminismo Interseccional'. Que diabos é isso? (E porque você deveria se preocupar) <http://blogueirasfeministas.com/2014/07/feminismo-interseccional-que-diabos-e-isso-e-porque-voce-deveria-se-preocupar/> Acesso em 18 mai. 2017 [3]. https://www.brainyquote.com/quotes/authors/b/bell_hooks.html
8. Teoria Queer - [1]. <http://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2015/06/07/teoria-queer-o-que-e-isso-tensoes-entre-vivencias-e-universidade/> [2]. MANIFESTO QUEER http://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2016/11/SI_cad53_ManifestoQueerNation.pdf e TEORIA QUEER. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf> Acesso em 18 mai. 2017 Acesso em 18 maio de 2017 [3]. <http://www.revistaforum.com.br/2015/02/20/manifesto-contrassexual-de-beatriz-precado-e-lancado-brasil/> Acesso em 18 maio de 2017

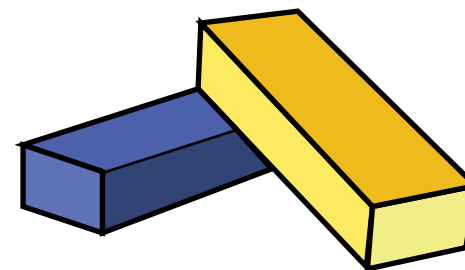
Bibliografia das Dicas

1. Feminismo Anarquista - [1]. <https://abibliotecafeminista.wordpress.com/vertentes/feminismo-anarquista/> [2]. <https://marquesdacosta.wordpress.com/artigos-do-npmc/mulheres-anarquismo-e-luta-de-classe-rememorando-a-historia/> [3]. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Anarcafeminismo>
2. Feminismo Liberal - [1]. <https://abibliotecafeminista.wordpress.com/vertentes/feminismo-liberal-e-libertario/> [2]. <https://abibliotecafeminista.wordpress.com/vertentes/feminismo-liberal-e-libertario> [3]. Mary Wollstonecraft A atualidade da obra de Mary Wollstonecraft. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2017000100375&script=sci_arttext
3. Feminismo Materialista - [1]. Diferentes tipos de feminismo. Disponível em: <http://sexismoemisoginia.blogspot.com.br/2009/05/diferentes-tipos-de-feminismo.html> Acesso em 18 mai. 2017 [2]. https://pt.wikipedia.org/wiki/Feminismo_materialista#cite_note-Jennifer_Wicke.2C_1994-2 [3]. <http://sexismoemisoginia.blogspot.com.br/2009/05/diferentes-tipos-de-feminismo.html>

4. Feminismo Negro - [1]. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300015. Acesso em 18 mai. 2017 [2]. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300015 [3]. <http://www.geledes.org.br/feminismo-negro-sobre-minorias-dentro-da-minoria>
5. Feminismo Radical - [1]. <https://deepgreenresistance.org/pt/who-we-are/faqs/radical-feminism-faq> [2]. <https://materialfeminista.milharal.org/files/2013/07/Feminismo-Radical-Hist%C3%B3ria-Pol%C3%ADtica-A%C3%A7%C3%A3o-Robyn-Rowland-e-Renate-Klein-parte.pdf> [3]. Feminismo Radical: História, Política, Ação” (Parte) Robyn Rowland e Renate Disponível em: Klein <https://materialfeminista.milharal.org/files/2013/07/Feminismo-Radical-Hist%C3%B3ria-Pol%C3%ADtica-A%C3%A7%C3%A3o-Robyn-Rowland-e-Renate-Klein-parte.pdf>
6. Mulherismo - [1]. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300015 Acesso em 17 mai. 2017 [2]. Womanism - Bibliography. Disponível em: <http://science.jrank.org/pages/8159/Womanism.html> Acesso em 17 mai. 2017 [3]. <Alice Walker <http://kdfrases.com/autor/alice-walker>>. Acesso em 17 maio de 2017.
7. Teoria da Interseccionalidade ou Feminismo interseccional - [1]. Kimberlé Crenshaw - ‘Feminismo Interseccional’. Que diabos é isso? (E porque você deveria se preocupar) <http://blogueirasfeministas.com/2014/07/feminismo-interseccional-que-diabos-e-isso-e-porque-voce-deveria-se-preocupar/> Acesso em 18 mai. 2017 [2]. Qual é o seu feminismo? Conheça as principais vertentes do movimento http://www.huffpostbrasil.com/2015/06/14/qual-e-o-seu-feminismo-conheca-as-principais-vertentes-do-movim_a_21680114/ Acesso em 17 mai. 2017 [3]. Bell Hooks - bell hooks Quotes. Disponível em: https://www.brainyquote.com/quotes/authors/b/bell_hooks.html Acesso em 18 mai. 2017
8. Teoria Queer - [1]. <http://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2015/06/07/teoria-queer-o-que-e-isso-tensoes-entre-vivencias-e-universidade/> [2]. <http://www.diarioliberalidade.org/mundo/mulher-e-lgbt/53349-teoria-queer-sexo,-g%C3%AAnero-e-sexualidade.html> [3]. BENTO, Berenice Alves de Melo. O que é a Transexualidade. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

5.5

QUEDA DO PATRIARCADO



RESUMO

Nesse jogo cada peça representa um elemento da estrutura social, junte-se a outras jogadoras e jogadores para derrubar o Patriarcado!

OBJETIVO DO JOGO

Conheça os componentes que determinam a relação entre a nossa sociedade e gênero. Retirando peças da estrutura patriarcal é possível descobrir dados, reconhecer elementos sociais e eliminá-los. No final, reconstrua a estrutura social, colocando outros elementos no lugar das peças derrubadas.

QUEDA DO PATRIARCADO

Estamos em 2017. Vivemos em um sistema social chamado de **Patriarcado**, em que homens adultos mantêm o poder primário e predominam em funções de liderança **política**, autoridade **moral**, **privilégio social** e **controle das propriedades**. No domínio da família, o pai (ou figura paterna) mantém a autoridade sobre as mulheres e os filhos.

A missão de vocês é derrubar esta estrutura vertical e hierárquica, distribuindo poder e autonomia de forma igualitária. Mas, **atenção**, a missão só será cumprida se as bases para um novo sistema social forem estabelecidas!

O conhecimento será a sua principal arma e seu aliado: cada peça que compõe a estrutura do Patriarcado possui uma informação e/ou uma estatística, você deve retirar a peça e ler tudo em voz alta para o grupo. **Lembre-se que a sua voz tem poder:** ao fazer isso, a característica lida será de conhecimento de todos e poderá deixar de fazer parte, definitivamente da sociedade que vocês estão transformando. **Cuidado!** Se as informações não forem lidas para o grupo todo, a peça deverá retornar à estrutura!

O OBJETIVO DO JOGO É DERRUBAR O PATRIARCADO.

Componentes: 35 peças e um termômetro patriarcal

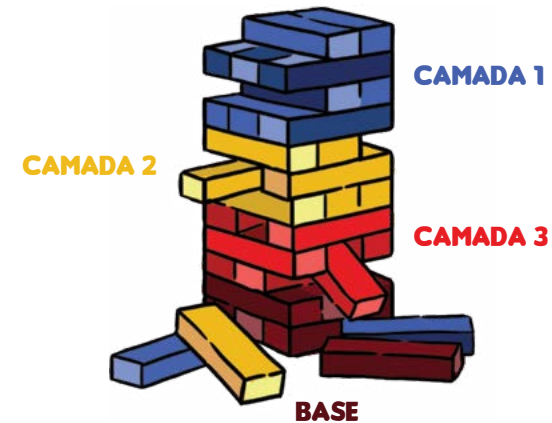
Jogadores: 2-6

Tempo: 20 minutos

O PATRIARCADO:

O Patriarcado é um sistema **estruturado** - seus componentes se completam, mantendo o sistema funcionando - e **estruturante** - além de se completarem, os componentes se alimentam e se reorganizam para manter o funcionamento do conjunto -, portanto, não tente trapaceá-lo!

PARA MONTAR O PATRIARCADO: As primeiras peças que iremos posicionar são as de cor vinho (representando as bases, as raízes do patriarcado). De três em três, alternando o sentido de cada camada, vamos montando o sistema patriarcal. Depois delas seguem as vermelhas, amarelas e, por fim, as azuis, que devem ficar na superfície, sendo as primeiras a serem eliminadas.



REGRAS:

Jogando em sentido horário, cada jogador pode retirar apenas uma peça por jogada. Podendo usar apenas uma mão e encostar em uma peça só. Só é permitido retirar peças a partir da segunda camada (contando de cima para baixo). Caso você retire uma peça a partir da terceira camada para baixo e não derrube nada, você pode retirar mais uma peça de qualquer linha.

PARA RETIRAR UMA NOVA COR DE PEÇA, É NECESSÁRIO ACABAR COM A ANTERIOR. Não é possível acessar as peças mais próximas da base (amarelas e vermelhas) sem retirar, antes, as peças mais superficiais (azuis). Isto não significa que as peças azuis são menos importantes, apenas que essas questões são mais facilmente perceptíveis e as outras estão mais naturalizadas (falaremos com mais profundidade dessa relação mais adiante). Ordem de retirada: as azuis que estão na superfície, abaixo delas as amarelas e logo depois as vermelhas. Depois que as três foram retiradas é possível eliminar as cor de vinho, uma por uma, acabando com as bases do Patriarcado.

Caso os jogadores eliminem todas as peças de uma determinada cor (camada) e ainda sobrem algumas que estejam na primeira linha, eles podem e devem retirá-las, antes de começar a cor seguinte.

Se você derrubar várias peças de uma só vez, a sociedade patriarcal irá te punir (já experimentou ser julgada ou até excluída por não seguir as convenções sociais?): você deverá devolver as peças que caíram e o **Patriarcado ganha um ponto (no termômetro patriarcal)**.



A cada 3 peças que forem retiradas, um ponto de desconstrução (no termômetro patriarcal). Você pode dizer uma solução a qualquer hora para combater uma daquelas 3 peças, ganhando um ponto em direção à desconstrução. A solução deve ser dita em 30 segundos, pode ser simples, inserida no cotidiano ou estrutural, utilizada para alterar um sistema, colocando outra regra/prática no lugar.

Caso o grupo de jogadores tenha atingido a casa de desconstrução (no termômetro patriarcal) e ainda tenham peças na torre, ganha-se um super poder, ficando permitido tirar 3 peças por vez.

FIM DE JOGO

Para cumprir a missão de derrubar o Patriarcado, vocês devem terminar o jogo, retirando todas as peças, inclusive as da base (vinhos) e substituindo elas por outras diretrizes que sejam a raiz de uma sociedade igualitária, onde não existe opressão de gênero e mulheres e homens vivem em equidade.

CUIDADO: se o termômetro patriarcal atingir o máximo, chegando na casa Patriarcado, todos jogadores perdem o jogo. Para derrubar o Patriarcado é necessário que vocês combinem entre todos a estratégia e tenham cautela. Boa sorte!

Considerações Finais:

O Patriarcado representa nossa estrutura social, onde cada peça é uma parte do nosso sistema de relações sociais, políticas e econômicas. Essa estrutura envolve uma série de sistemas de opressão, que dão relevos específicos para cada situação e cada indivíduo. Há quem defenda que esse sistema organiza todas as outras relações da sociedade, sendo a raiz de todos os outros sistemas de opressão [2], há quem determine que as relações raciais, de classe e entre os gêneros geram sistemas de opressões específicos e autônomos que se interseccionam[3].

Nesse jogo pretendemos simular essa estrutura, trazendo recortes que abrangem outros sistemas de opressão (como os de classe e raça) a partir dos dados estatísticos escritos em cada uma das peças. Por uma questão de limitações físicas, não foi possível inserir em um mesmo jogo todos os espectros e elementos que compõem o Sistema Patriarcal.

Entendendo o Patriarcado como um sistema próprio e universal que gera uma enorme variedade de elementos que constroem e garantem a manutenção das nossas relações societárias, em “Gênero, Patriarcado, Violência”, Saffioti define essas nuances, contribuindo com uma análise mais profunda sobre algumas dessas tantas estatísticas que se fazem a partir do fenômeno gênero e violência.

Citando Castells, Saffioti afirma: “Depois de um extenso exame de dados de dezenas de nações situadas nos cinco continentes [...], Castells (1999) conclui: ‘[...] o patriarcalismo [sic] dá sinais no mundo inteiro de que ainda está vivo e passando bem [...]’” (p. 278).

Cada camada do jogo é composta por peças que se relacionam com outras em uma camada mais profunda (e menos visível para a sociedade), cada raiz (peças vinho) que forma a base desse sistema se manifesta de diferentes formas dependendo da camada. Grande parte das peças são inter-dependentes, tirando uma, retira-se outras automaticamente. Juntando as peças de diferentes camadas, é possível compreender um pouco de como esses itens se relacionam, se multiplicam e articulam em diversos níveis, consolidando nosso sistema social.

AQUI ILUSTRAMOS UM EXEMPLO DESSAS CONEXÕES:



QUANTO MAIS PROFUNDA A CAMADA, MAIS A QUESTÃO TOMA UM ESPECTRO MENOS VISÍVEL AOS OLHOS DA SOCIEDADE. SENDO CADA VEZ MAIS INVISIBILIZADAS.

Por fim, o jogo Queda do Patriarcado pretende contribuir iniciando uma discussão sobre quais são essas regras visíveis e invisíveis que circulam e reproduzem lógicas específicas de um jogo societário antigo e universal.

Como dizia Diane de Prima: “A guerra que importa é a guerra contra a imaginação. Todas outras guerras estão subsumidas nela”. Nessa jornada, desafiamos os jogadores a refletir sobre esse sistema social para, assim, liquidá-lo e a partir da estruturação de novas regras, desenhar outro. É necessário imaginação e criatividade para confrontar os desafios que se impõe em uma sociedade patriarcal. Uma vez simulado, nosso desafio da vida real com o Sistema Patriarcal permanece, nosso primeiro passo é (re)conhecê-lo, então estaremos aptas e aptos a superá-lo. A desconstrução segue e abre caminho para uma sociedade menos injusta.

BIBLIOGRAFIA MANUAL

- [1] PATEMAN, C. O Contrato Sexual. São Paulo/Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993. A primeira edição é da Polity Press, em genero 2 reimp.p65 147 25/1/2011, colaboração com Blackwell Publishers, em 1988, The Sexual Contract.
- [2] “Feminismo Radical: História, Política, Ação” (Parte)
Robyn Rowland e Renate Klein. Disponível em: <https://materialfeminista.milharal.org/files/2013/07/Feminismo-Radical-Hist%C3%B3ria-Pol%C3%ADtica-A%C3%A7%C3%A3o-Robyn-Rowland-e-Renate-Klein-parte.pdf>
- [3] http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf

BIBLIOGRAFIA COMPONENTES DO JOGO

Azuís

1. Objetificação da mulher: “Empoderamento ou Objetificação: Um estudo da imagem feminina construída pelas campanhas publicitárias das marcas de cerveja Devassa e Itaipava”. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1863-1.pdf>>. Acesso em 17 mai. 2017

2. Desconhecimento do Feminismo: “O PAPEL DO HOMEM NA DESCONSTRUÇÃO DO MACHISMO”. Disponível em: http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Pesquisa-FSM_2016.pdf Acesso em 17 mai. 2017. “FEMINISMO X FEMISMO - TERMOS QUE VOCÊ PRECISA CONHECER MELHOR”. Disponível em: <http://vilamulher.uol.com.br/bem-estar/comportamento/feminismo-x-femismo-termos-que-voce-precisa-conhecer-melhor-m0616-720811.html> Acesso em 17 mai. 2017

3. Invisibilidade lésbica: “Reportagem especial mostra o crescimento do estupro corretivo”. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/reportagem-especial-mostra-o-crescimento-do-estupro-corretivo/> Acesso em 17 mai. 2017. “Mulheres homossexuais sofrem ‘estupro corretivo’ na África do Sul”. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/mulheres-homossexuais-sofrem-estupro-corretivo-na-africa-do-sul-3184697> Acesso em 17 mai. 2017

4. Desigualdade salarial: “Homens recebem salários 30% maiores que as mulheres no Brasil”. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil/> Acesso em 17 mai. 2017
“Brasileira negra ganha menos de 40% que brasileiro branco, aponta estudo”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/03/1748790-brasileira-negra-ganha-menos-de-40-que-brasileiro-branco-aponta-estudo.shtml> Acesso em 17 mai. 2017

5. Tráfico de pessoas: Manual de Capacitação para o Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, Ministério da Justiça. Disponível em: www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos/manualcapacitacao-1.pdf Acesso em 17 mai. 2017

6. Recriminação da amamentação: PROJETO DE LEI DO SENADO nº 514, de 2015. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122565> Acesso em 17 mai. 2017 “Lei que multa quem proibir mãe de amamentar em público entra em vigor”. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/lei-que-multa-quem-proibir-mae-de-amamentar-em-publico-entra-em-vigor.html> Acesso em 17 mai. 2017 “Estado do Rio de Janeiro aprova em lei o direito de amamentar em público”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2015/11/26/estado-do-rio-de-janeiro-aprova-em-lei-o-direito-de-amamentar-em-publico.htm> Acesso em 17 mai. 2017

7. Femicídio: Violência contra a mulher: Femicídio no Brasil - IPEA. Disponível em: http://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/IPEA_-_Viol%C3%Aancia_contra_a_mulher_-_femic%C3%ADdio_no_Brasil.pdf Acesso em 17 mai. 2017. Na lei Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015 (Lei Femicídio): Homicídio qualificado § 2º Femicídio VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: § 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. “Não se nasce mulher, morre-se”. Disponível em: <http://feminicidionobrasil.com.br/> Acesso em 17 mai. 2017

8. Falta de acesso ao mercado de trabalho: “Desemprego entre mulheres é maior que dos homens em 2015, diz IBGE”. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2016/11/25/desemprego-entre-mulheres-era-maior-que-dos-homens-em-2015-diz-ibge.htm> Acesso em 17 mai. 2017 “MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: ONDE NASCE A DESIGUALDADE?”. Disponível em: www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema7/2016_12416_mulheres-no-mercado-de-trabalho_tania-andrade Acesso em 17 mai. 2017

9. Divisão sexual da infância: AZEVEDO, Tania Maria Cordeiro de. Brinquedos e gênero na educação infantil: um estudo do tipo etnográfico no estado do Rio de Janeiro. 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2003. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-01102010-133724/pt-br.php. Acesso em 17 mai. 2017.

10. Vulnerabilidade social: “População carcerária feminina aumentou 567% em 15 anos no Brasil”. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80853-populacao-carceraria-feminina-aumentou-567-em-15-anos-no-brasil> Acesso em 17 mai. 2017 “Levantamento Nacional de informações penitenciárias”. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf> Acesso em 17 mai. 2017 “Mulheres, tráfico de drogas e sua maior vulnerabilidade: série mulher e crime”. Disponível em: <https://professoraalice.jusbrasil.com.br/artigos/121814131/mulheres-trafico-de-drogas-e-sua-maior-vulnerabilidade-serie-mulher-e-crime> Acesso em 17 mai. 2017 “Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista”. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2015000300761&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em 17 mai. 2017 “Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina”. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822012000100007 Acesso em 17 mai. 2017

Amarelas

11. Concursos de beleza: Miss Universe FAQ. Disponível em: <https://www.missuniverse.com/about#faq> Acesso em 19 mai. 2017

12. Falsa simetria: “Feminist quotes that have fuelled the debate”. Disponível em: http://www.telegraph.co.uk/film/suffragette/famous_feminist_quotes/ Acesso em 19 mai. 2017 “Mulheres deveriam ganhar mais que homens no Brasil, diz OIT”. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/12/mulheres-deveriam-ganhar-mais-que-homens-no-brasil-diz-oit.html> Acesso em 19 mai. 2017

13. Falta de representatividade na Política: Bruna Paola Castro Lima. O Sistema Representativo Brasileiro e a Participação Feminina na Política. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade Católica do Tocantins. Orientador: Lara Lúvia Cardoso Costa Bringel. Participação Política das Mulheres em Espaço de Poder e Decisão [Palestra - Escola do Parlamento], Marina Ganzarolli. Disponível em: <http://www.camara.sp.gov.br/escoladoparlamento/wp-content/uploads/sites/5/2016/06/MULHERES-EM->

[ESPA%C3%87O-DE-PODER-E-DECIS%C3%83O-PADR%C3%83O-ESCOLA.Marina-Ganzarolli.pdf](http://www.camara.sp.gov.br/escoladoparlamento/wp-content/uploads/sites/5/2016/06/MULHERES-EM-ESPA%C3%87O-DE-PODER-E-DECIS%C3%83O-PADR%C3%83O-ESCOLA.Marina-Ganzarolli.pdf) Acesso em 19 mai. 2017

“Eleições 2014: Congresso Nacional permanecerá desigual nos próximos 4 anos”. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2014/outubro/eleicoes-2014-congresso-nacional-permanecera-desigual-nos-proximos-4-anos> Acesso em 19 mai. 2017

14. Criminalização do aborto: “Aborto é um dos principais causadores de mortes maternas no Brasil”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/EXPRESSAO-NACIONAL/478093-ABORTO-E-UM-DOS-PRINCIPAIS-CAUSADORES-DE-MORTES-MATERNAS-NO-BRASIL.html> Acesso em 19 mai. 2017. “Mulheres negras sofrem as manifestações mais perversas de racismo e sexismo no Brasil”. Disponível em: http://www.huffpostbrasil.com/silvia-chakian/mulheres-negras-violencia_b_8578162.html Acesso em 19 mai. 2017

15. Pornografia: “Indústria Pornográfica”. Disponível em: <http://www.reporterunesp.jor.br/no-36-2016-industria-pornografica/> Acesso em 19 mai. 2017 “A imagem da mulher na indústria pornográfica”. Disponível em: <http://www.reporterunesp.jor.br/a-imagem-da-mulher-na-industria-pornografica/> Acesso em 19 mai. 2017

16. Falta de acesso à informação: “UNESCO: Analfabetismo cai, mas mulheres ainda têm menos acesso à educação”. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unesco-analfabetismo-cai-mas-mulheres-ainda-tem-menos-acesso-a-educacao/> Acesso em 19 mai. 2017. “Analfabetismo entre negras é duas vezes maior que entre brancas, aponta IBGE”. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-10/embargada-para-sexta-feira-denise-griesinger-4> Acesso em 19 mai. 2017

17. Responsabilização total da mãe sobre o planejamento familiar e os filhos: “Bayer responde a processo por pílula Yasminelle”. Disponível em: <https://noticias.terra.com.br/bayer-responde-a-processo-por-pilula-yasminelle,92ed6fabfa09d9380c5a03102a7266966774pqfg.html> Acesso em 19 mai. 2017. “‘Anticoncepcional’ masculino é adiado por ter reações semelhantes ao feminino”. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com>

com/Ciencia/noticia/2016/11/anticoncepcional-masculino-e-adiado-por-ter-reacoes-semelhantes-ao-feminino.html Acesso em 19 mai. 2017

18. Violência no espaço público: “Pesquisa mostra que 86% das mulheres brasileiras sofreram assédio em público”. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/pesquisa-mostra-que-86-das-mulheres-brasileiras-sofreram-assedio-em> Acesso em 19 mai. 2017

19. Falta de acesso a cargos altos: “Mulheres e negros em grandes empresas: muitos na base, poucos no topo”. Disponível em: www.nexojornal.com.br/expresso/2016/05/13/Mulheres-e-negros-em-grandes-empresas-muitos-na-base-poucos-no-topo Acesso em 19 mai. 2017

20. Assédio sexual: “Para 65%, mulher com roupa que mostra corpo merece ser atacada”. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/para-65-mulher-com-roupa-que-mostra-corpo-merece-ser-atacada-12006214> Acesso em 19 mai. 2017

21. Erotização precoce: “REGULAMENTO DO MISS BRASIL INFANTO JUVENIL”. Disponível em: <http://missbrasilinfantojuvenil.com.br/inscrevase.php> Acesso em 19 mai. 2017

22. Competição feminina: “Jovens que torturaram garota em GO se dizem arrependidas por não matar vítima”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/10/05/jovens-que-torturaram-garota-em-go-dizem-arrependidas-por-nao-matar-vitima.htm> Acesso em 19 mai. 2017

23. Evasão escolar: “No Brasil, 75% das adolescentes que têm filhos estão fora da escola”. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/no-brasil-75-das-adolescentes-que-tem-filhos-estao-fora-da-escola.html> Acesso em 19 mai. 2017

Vermelhas

24. Esteriótipos de gênero: “Cai número de plásticas no Brasil, mas país ainda é 2º no ranking, diz estudo”. Disponível em: <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/08/cai-numero-de-plasticas-no-brasil-mas-pais-ainda-e-2-no-ranking-diz-estudo.html> Acesso em 19 mai. 2017 . “Estereótipo”. Disponível em: <http://www.infoescola.com/sociologia/estereotipo/> Acesso em 19 mai. 2017

25. Heterossexualidade compulsória: “DIREITO PENAL - DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL”. Disponível em: http://www.direitosimplificado.com/materias/direito_penal_dos_crimes_contra_a_liberdade_sexual.htm Acesso em 19 mai. 2017 “O estupro e suas particularidades na legislação atual”. Disponível em: <https://vicentemaggio.jusbrasil.com.br/artigos/121942479/o-estupro-e-suas-particularidades-na-legislacao-atual> Acesso em 19 mai. 2017

26. Divisão sexual do trabalho: “Brasil tem o maior número de domésticas do mundo, diz OIT”. Disponível em: <http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2013/01/brasil-tem-o-maior-numero-de-domesticas-do-mundo-diz-oit.html> Acesso em 19 mai. 2017. “O Emprego Doméstico no Brasil”. Disponível em: www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf Acesso em 19 mai. 2017

27. Maternidade compulsória: LEI Nº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9263.htm Acesso 19 mai. 2017

28. Prostituição: “Prostituição”. Disponível em: <https://ibccrim.jusbrasil.com.br/noticias/2526625/prostituicao> Acesso em 19 mai. 2017. “Brasil tem 241 rotas de tráfico de crianças, diz a ONU”. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-241-rotas-de-trafico-de-criancas-diz-a-onu,20040218p32206> Acesso em 19 mai. 2017

29. Casamento infantil: “LEI No 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.” Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm Acesso em 19 mai. 2017

“Brasil é o 4º país em casamento infantil”. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2015/09/09/interna_nacional,686399/brasil-e-o-4-pais-em-casamento-infantil.shtml Acesso em 19 mai. 2017

Para ver a lei, consulte o manual do jogo Direitos e Silêncios na pág. 34-35.

30. Violência obstétrica: “Congresso combate violência obstétrica”. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/15/congresso-combate-violencia-obstetrica> Acesso em 19 mai. 2017. “Mulheres negras sofrem as manifestações mais perversas de racismo e sexismo no Brasil”. Disponível em: http://www.huffpostbrasil.com/silvia-chakian/mulheres-negras-violencia_b_8578162.html Acesso em 19 mai. 2017

31. Violência doméstica: “Brasil tem 1 denúncia de violência contra mulher a cada 7 minutos”. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-1-denuncia-de-violencia-contra-a-mulher-a-cada-7-minutos,10000019981> Acesso em 19 mai. 2017. “MAPA DA VIOLÊNCIA 2015 HOMICÍDIO DE MULHERES NO BRASIL”. Disponível em: www.spm.gov.br/assuntos/violencia/pesquisas-e-publicacoes/mapaviolencia_2015_mulheres.pdf Acesso em 19 mai. 2017

33. Pedofilia: “Pornografia infantil é o crime virtual mais comum no Brasil”. Disponível em: <http://www.nacaojuridica.com.br/2014/02/pornografia-infantil-e-o-crime-virtual.html> Acesso em 19 mai. 2017. “MPF/MG assina termo de cooperação técnica com a Safernet Brasil”. Disponível em: <https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/2132184/mpf-mg-assina-termo-de-cooperacao-tecnica-com-a-safernet-brasil> Acesso em 19 mai. 2017

34. Solidão da vítima: “90% das vítimas de estupro deixam de denunciar agressor”. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/90-das-vitimas-de-estupro-deixam-de-denunciar-agressor> Acesso em 19 mai. 2017. “Parte 1 ATÉ QUE A MORTE NOS SEPRE”. Disponível em: <http://feminicidionobrasil.com.br/> Acesso em 19 mai. 2017

35. Exclusão social da jovem gestante: “Gravidez é responsável por 18% da evasão escolar entre meninas”. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/reportagens/gravidez-e-responsavel-por-18-da-evasao-escolas-entre-meninas/> Acesso em 19 mai. 2017

Bases

Estrutura familiar patriarcal:

A estrutura familiar patriarcal na sua forma em organizar a convivência, a sexualidade e a procriação, posiciona a mulher como propriedade do homem. “Esta família [...] tem como marca a superioridade hierárquica do pai de família que se posiciona no topo da pirâmide, seguido pela esposa e filhos que lhes devem obediência. Nesta formação familiar, “el rol principal de la mujer es atender – en todos los sentidos del término (doméstico, sexual, afectivo) – a las necesidades del marido” (JELIN, 2010, p. 36). Mitchell (2006) cita que esta inferioridade da mulher diante do homem não é somente física, é também ligada ao seu papel de reprodução. E isto, segundo ela, faz com que as mulheres sejam postas como produtoras de filhos. Elas os gera, os cria, os alimenta, dentro da casa. E por essas funções serem atribuídas à mulher como seu papel social, acaba sendo visto como algo natural, com uma vocação”.

“Família nuclear patriarcal: breves notas sobre a (re)construção da teoria social e os estudos feministas”. Disponível em: www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_Lais%20Regina%20Kruczeveski%20e%20Silvana%20Mariano.pdf Acesso em 19 mai. 2017

Sistema Econômico Vigente:

“A subordinação da mulher ao homem, contudo, não existe tão somente no terreno político. Ela é marcante no campo econômico. Deixando de lado as ocupações oferecidas pelo sistema de produção capitalista, que já mereceriam comentários. A presença da mulher é relativamente muito maior que a masculina nas atividades não estruturadas segundo o modelo capitalista, no segmento comumente conhecido como mercado informal de trabalho. [...] pode-se concluir que o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico. Tanto a dona-de-casa, que deve trazer a residência segundo o seu marido, quanta a trabalhadora assalariada, que acumula duas jornadas de trabalho, são objeto da exploração do homem, no plano da família. Na qualidade de trabalhadora discriminada, obrigada a aceitar menores salários, a mulher é, no plano mais geral da sociedade, alvo da exploração do empresário capitalista. Desta sorte, fica patente a dupla dimensão do patriarcado: a dominação e a exploração”.

Saffioti, Heleieth I.B.. O Poder do Macho - São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção polêmica)

Poder Religioso Patriarcal:

“Nas grandes religiões institucionalizadas as lideranças femininas acabam sempre marginalizadas, reforçando a tradicional imagem de mulher submissa à autoridade religiosa representada pela figura masculina. Essa marginalização envolve espaços de liderança, acesso à formação e as relações hierárquicas nas estruturas institucionais”.

Relações de gênero e poder no interior das instituições religiosas cristãs. Disponível em: <http://actacentifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT11/GT11_FernandesMacielP.pdf>. Acesso em 10 de mai. de 2017.

“Nas diferentes igrejas que compõem o cenário religioso nacional, as mulheres são sobretudo, servidoras e subordinadas, tendo pouco acesso às esferas de decisão. A idéia de que essa é a “vontade de Deus” leva à naturalização da violência e dificulta a resistência e a denúncia (...) Esta família de modelo patriarcal, proclamada como sagrada no Cristianismo, é a principal instituição através da qual as Igrejas Cristãs impõe e tornam vigentes suas doutrinas e práticas disciplinares, sobretudo no campo da moral sexual. Não é raro que mulheres casadas com, homens alcoólatras violentos, sejam aconselhadas por um padre ou pastor a ser pacientes, tolerantes e rezar para que estes homens se convertam em maridos carinhosos e responsáveis. É comum que se repita o seguinte ditado popular: “Ruim com ele, pior sem ele”. Aí está a “sagrada família”, que tem sido um lugar privilegiado do exercício da violência, conforme mostram as estatísticas sobre violência doméstica”.

Religião e violência simbólica contra as mulheres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST62/Jarschel-Nanjari_62.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2017.

Violência e cultura do estupro:

“O significado da violência - [...] É óbvio que a sociedade considera normal e natural que homens maltratem suas mulheres, assim como que pais e mães maltratem seus filhos, ratificando, deste modo, a pedagogia da violência. Trata-se da ordem social das bicadas (SAFFIOTI, 1997a). “[...] a criminalidade, a violência pública é uma violência masculina, isto é, um fenômeno sexuado. A disparidade muscular, eterno argumento da diferença, deve ser interpelada em diferentes níveis. [...] (WELZER-LANG, 1991, p. 59).

Efetivamente, a questão se situa na tolerância e até no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível, portanto mais adequada ao desfrute do prazer. O

consentimento social para que os homens convertam sua agressividade em agressão não prejudica, por conseguinte, apenas as mulheres, mas também a eles próprios. A organização social de gênero, baseada na virilidade como força-potência-dominação, permite prever que há um desencontro amoroso marcado entre homens e mulheres. As violências física, sexual, emocional e moral não correm isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente. Certamente, se pode afirmar o mesmo para a moral. O que se mostra de difícil utilização é o conceito de violência como ruptura de diferentes tipos de integridade: física, sexual, emocional, moral. [...]

Com efeito, paira sobre a cabeça de todas as mulheres a ameaça de agressões masculinas, funcionando isto como mecanismo de sujeição aos homens, inscrito nas relações de gênero. Embora se trate de mecanismo de ordem social, cada mulher o interpretará singularmente. Isto posto, a ruptura de integridades como critério de avaliação de um ato como violento situa-se no terreno da individualidade. Isto equivale a dizer que a violência de gênero, entendida desta forma, não encontra lugar como já se mencionou. [...]

SAFFIOTI Heleith - Gênero, Patriarcado, Violência. 2. ed. 2011.

Biobibliografia recomendada: A BURCA –notas para a compreensão do estupro. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/32/PDF%20para%20INTERNET_32/CAP%2020_MARIA%20HELENA%20ZAMORA.pdf Acesso em 22 de maio de 2017. CULTURA DO ESTUPRO: A DESCONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS SOCIAIS DA MULHER. Disponível em: <http://revistas.ufac.br:8081/revista/index.php/simposiufac/article/viewFile/821/419>>. Acesso em 22 de maio de 2017.

Supremacia pela força física:

“Uma perspectiva existencial permitiu-nos, pois, compreender como a situação biológica e econômica das hordas primitivas devia acarretar a supremacia dos machos. A fêmea, mais do que o macho, é presa da espécie; a humanidade sempre procurou evadir-se de seu destino específico; pela invenção da ferramenta, a manutenção da vida tornou-se para o homem atividade e projeto, ao passo que na maternidade a mulher continua amarrada a seu corpo, como o animal. É porque a humanidade se põe em questão em seu ser, isto é, prefere razões de viver à vida, que perante a mulher o homem se pôs como senhor; o projeto do homem não é repetir-se no tempo, é reinar sobre o instante e construir o futuro. Foi a atividade do macho que, criando valores, constituiu a existência, ela própria, como valor: venceu as forças confusas da vida, escravizou a Natureza e a Mulher”.

Divisão Sexual do Trabalho e Sistema de trabalho baseado na masculinidade:

“O patriarcado se organiza a partir de um esquema ideologicamente elaborado e socializado através de normas de conduta para cada sexo, fundamentais à sua manutenção. Estas normas baseiam-se em três categorias [...]: o temperamento, componente psicológico; o papel, componente sociológico; e o status, componente político. O temperamento se desenvolve a partir dos estereótipos definidos para cada categoria sexual, ou seja, ao homem cabe ser agressivo, inteligente, forte e eficaz; à mulher cabe ser dócil, passiva, ignorante, frágil e virtuosa. Quanto aos papéis, a mulher assume o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos, enquanto o homem realiza seus interesses no campo da produtividade humana. A distribuição das funções em simetria com o temperamento influencia no status que determina a superioridade masculina e a inferioridade feminina”. (MILLETT, 1975, p. 35).

RADICAL FEMINISM - THOUGHT AND MOVEMENT - Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/3107/2445> MILLETT, Kate. A Política Sexual - Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/media/2007/03//374952.pdf>

VAMOS MUDAR AS REGRAS DO JOGO



GÊNERO E POLÍTICA

Da Política a Cultura, do Estado a religião, da Bolsa de Valores a Filantropia, todos os organismos sociais são regidos por um conjunto de regras invisível, em especial, uma lógica comum se faz, em que o homem é a norma, e a mulher permanece sempre em segundo plano. A questão de gênero é um desafio antigo que é transversal (está em tudo), e é também universal.

Portanto, **não dá para falar de Política sem falar de mulheres.**

O projeto “Molho Especial” nasce para provocar um imaginário que acreditamos ser pouco tensionado, diante de todas as normas, tabus, barreiras invisíveis e mecanismos legislativos que impedem a ampliação dos direitos das mulheres, e automaticamente a diminuição da vulnerabilidade social desse grupo, a **Fast Food da Política** lança o desafio: quais são as novas regras que são decisivas e podemos desenhar agora, trazendo a potência necessária para alterar o resto da dinâmica do jogo entre Gênero e Política?

Nossos jogos foram desenvolvidos com o propósito de disponibilizar ferramentas acessíveis e lúdicas que auxiliem a compreensão e o reconhecimento dos atuais dispositivos que compõem o cenário atual, e as diversas consequências que essa trama estabelece. Cada um deles é sempre uma surpresa, onde preconceitos e desconhecimento são mais facilmente deixados de lado, podendo dar espaço para a curiosidade e aprendizado. É possível jogar com jovens e/ou adultos, pessoas que entendem bastante de política e/ou gênero, e outras que estão bem distantes desses assuntos, os “Nossa”s, “Uau”s, “Que!?”s não deixam de marcar presença.

Para mudar as regras do jogo é preciso compreender quais são elas e como funcionam, por isso, aqui fica o convite e a nossa expectativa: esperamos que vocês baixem e joguem. Se divirtam, fiquem incomodados/as, felizes, tristes, mas acima de tudo, com gás para transformar esse cenário que agora, vocês têm jogos para disseminar e aproximar cada vez mais pessoas dessa discussão.

Estamos imensamente agradecidas pelas mais 300 pessoas que apoiaram nosso projeto, identificaram a necessidade dele existir e acreditaram. E todas que baixaram o manual para se propor a jogar. Muito obrigada, vocês são incríveis :) E agora, QUE OS JOGOS COMECEM!

CONTATO

Fast Food da Política

www.fastfooddapolitica.com.br

contato@fastfooddapolitica.com.br

São Paulo - SP

www.facebook.com/molhoffdp

www.facebook.com/fastfooddapolitica



